

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO CULTURAL
MESTRADO PROFISSIONALIZANTE EM PATRIMÔNIO CULTURAL**

**PATRIMÔNIO CULTURAL RELIGIOSO E NEGOCIAÇÃO DA IDENTIDADE DO
IMIGRANTE ITALIANO DA QUARTA COLÔNIA IMPERIAL DE SILVEIRA
MARTINS E REGIÃO CENTRAL DO RIO GRANDE DO SUL**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Cesar Augusto Barichello

Santa Maria, RS, Brasil

2010

**PATRIMÔNIO CULTURAL RELIGIOSO E NEGOCIAÇÃO DA IDENTIDADE DO
IMIGRANTE ITALIANO DA QUARTA COLONIA IMPERIAL DE SILVEIRA
MARTINS E REGIÃO CENTRAL DO RIO GRANDE DO SUL**

por

Cesar Augusto Barichello

**Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissionalizante em
Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), na
área de concentração História e Patrimônio Cultural, linha de Pesquisa
História e Patrimônio Cultural, como requisito parcial para obtenção do grau
de Mestre em Patrimônio Cultural**

Orientador: Prof. Dr. Júlio Ricardo Quevedo dos Santos

Santa Maria, RS, Brasil

2010

**Ministério da Educação
Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural
Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**PATRIMÔNIO CULTURAL RELIGIOSO E NEGOCIAÇÃO DA IDENTIDADE DO
IMIGRANTE ITALIANO DA QUARTA COLONIA IMPERIAL DE SILVEIRA
MARTINS E REGIÃO CENTRAL DO RIO GRANDE DO SUL**

elaborada por
Cesar Augusto Barichello

como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Patrimônio Cultural

COMISSÃO EXAMINADORA:

Júlio Ricardo Quevedo dos Santos , Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Maria Catarina Chitolina Zanini, Dr^a. (UFSM)

Maria Cristina Caminha de Castilhos França, Dr^a (UNILASALLE)

Santa Maria, 26 de março de 2010.

Agradecimentos

A todos que lutaram pela implantação do Mestrado em Patrimônio Cultural da UFSM, em especial à Professora Denise Saad;

Ao orientador, Professor Júlio, pela oportunidade ímpar e pelos ensinamentos;

Às Professoras Maria Catarina Chitolina Zanini e Maria Cristina Caminha de Castilhos França pela honra de tê-las em minha banca;

A Professora Marilú Favarin Marin querida amiga e incentivadora deste trabalho;

A Angelina Frassetto Marin e Augusto Barichello, meus avós;

À minha família, pelo incentivo e pela união;

À Eugenia, Bruno e Stefania, pelo apoio e pelo amor;

Aos meus amigos e à comunidade de Silveira Martins, pelo incentivo;

Aos professores e colegas do Mestrado, pelo aprendizado e pela amizade.

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural
Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural
Universidade Federal de Santa Maria

PATRIMÔNIO CULTURAL RELIGIOSO E NEGOCIAÇÃO DA IDENTIDADE DO IMIGRANTE ITALIANO DA QUARTA COLÔNIA IMPERIAL DE SILVEIRA MARTINS E REGIÃO CENTRAL DO RIO GRANDE DO SUL

Autor: Cesar Augusto Barichello
Orientador: Prof. Dr. Júlio Ricardo Quevedo dos Santos
Data e local da defesa: Santa Maria, 26 de março de 2010.

Com base na relação que se estabelece entre o patrimônio cultural religioso e o processo de negociação da identidade do imigrante italiano, justificamos a importância de investigar o tema desta pesquisa. A problemática pode ser resumida na seguinte questão: como foi negociada a identidade do imigrante italiano do berço da Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana na região central do Rio Grande do Sul? A hipótese considerada é que a negociação da identidade daqueles imigrantes deu-se por meio da devoção religiosa e pode ser evidenciada por intermédio do patrimônio cultural religioso (igrejas, capelas e iconografia) e introdução de devoções. A metodologia de cunho qualitativo busca contemplar a complexidade do problema da pesquisa, na qual o processo da pesquisa (objetivos, métodos e dados) emerge do contexto estudado, e a interpretação dos resultados surge como totalidade de uma reflexão baseada na descrição de um fenômeno em um contexto. A pesquisa de campo e a identificação de fontes foram realizadas em três momentos distintos: o primeiro consistiu na identificação de igrejas, capelas e crenças tomando como suporte territorial as diferentes linhas de assentamento dos colonos; o segundo na observação do cotidiano religioso vivido pelo descendente do imigrante italiano nas diversas linhas; e o terceiro na pesquisa de fontes utilizando a técnica de entrevistas, efetuadas com membros da comunidade de Silveira Martins que possuam um envolvimento com os movimentos religiosos ou possam colaborar para elucidar a percepção da população, e a sua própria percepção, a respeito do objeto em estudo. O objetivo geral deste estudo é investigar as relações desenvolvidas entre o patrimônio cultural religioso e o processo de negociação da identidade do imigrante italiano da Quarta Colônia Imperial de Silveira Martins e da região central do Rio Grande do Sul. Os objetivos específicos são identificar igrejas, capelas, oratórios, santos padroeiros e devoções religiosas presentes nas linhas de assentamento dos imigrantes de Silveira Martins; realizar observação *in loco* durante a realização dos filós nos salões paroquiais das diferentes capelas; investigar por meio de entrevistas com membros das comunidades a origem dos santos padroeiros, suas possíveis ligações com grupos étnicos e seus significados representados concreta (igrejas e capelas, oratórios) ou simbolicamente (santos padroeiros e devoções).

Palavras-chave: patrimônio histórico, patrimônio cultural, etnia italiana, práticas religiosas católicas.

ABSTRACT

Master thesis
Master in Cultural Heritage
Universidade Federal de Santa Maria

RELIGIOUS AND CULTURAL HERITAGE AND THE NEGOTIATION PROCESS OF THE ITALIAN IMMIGRANT IDENTITY IN THE QUARTA COLÔNIA IMPERIAL DE SILVEIRA MARTINS AND THE CENTRAL REGION OF RIO GRANDE DO SUL

Author: Cesar Augusto Barichello
Adviser: Prof. Dr. Júlio Ricardo Quevedo dos Santos
Date and place of presentation: Santa Maria, March 26th 2010.

The relationship established between the religious and cultural heritage and the process of identity negotiating of Italian immigrant justify the importance of investigating the subject of this research. The problem can be summarized in the following question: how was traded the identity of Italian immigrant from the cradle of the Quarta Colonia Imperial de Imigração Italiana in the central region of Rio Grande do Sul? The working hypothesis is that the negotiation of immigrants' identity took place through religious devotion and can be evidenced by the religious heritage (churches, chapels and iconography) and the introduction of devotions. The methodology of a qualitative approach seeks to contemplate the complexity of the research problem, in which the research process (goals, methods and data) emerges from the study context, and interpreting the results comes as a total reflection based on the description of a phenomenon in a context. Field research and source identification were carried out in three distinct stages: the first was the identification of churches, chapels and beliefs taking to support the different lines of territorial settlement of the colonists; the second was the observation of religious everyday life lived by descendant of Italian immigrants in the various lines; and the third in the use of the technique of interviews conducted with community members of Silveira Martins which have an involvement with religious movements or could contribute to elucidate the perceptions, and their own perception, regarding the object under study. The objective of this study is to investigate the relationships developed between the religious heritage and the negotiation process of the identity in the Quarta Colônia Imperial de Silveira Martins and the central region of Rio Grande do Sul. The specific objectives are to identify churches, chapels, oratories, patron saints and religious devotions present in the lines of settlement of Silveira Martins immigrants; perform on-site observation during the course of the "filós" in the parish halls of the various chapels; investigate through interviews with community members, the source of the patron saints their possible links with ethnic groups and their specific meanings represented (churches and chapels, oratories) or symbolically (patron saints and devotions).

Key- words: historical heritage, cultural heritage, italian ethnicity, catholic religious practices.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1 - PATRIMÔNIO CULTURAL RELIGIOSO	21
1.1 A noção de patrimônio	21
1.2 Patrimônio histórico religioso e referência cultural	24
1.3 Patrimônio religioso do imigrante italiano	27
CAPÍTULO 2 - NEGOCIAÇÃO DA IDENTIDADE DO IMIGRANTE ITALIANO	29
2.1 Algumas considerações em torno da noção de identidade	29
2.2 Negociação e novas Identidades	32
2.3 Tornando-se ítalo-brasileiro por meio da religiosidade	35
CAPÍTULO 3 - AS ETNIAS ITALIANAS E A RELIGIOSIDADE NA QUARTA COLONIA IMPERIAL DE SILVEIRA MARTINS E REGIÃO CENTRAL DO RIO GRANDE DO SUL	40
3.1 Em torno das noções de grupo étnico, raça e nação	40
3.2 A Negociação da identidade do imigrante da Região Central do Rio Grande do Sul pelos grupos étnicos da Quarta Colônia Imperial de Imigração	43
3.3 O Papel da devoção religiosa na Negociação da identidade do Imigrantes Italianos	45
CAPÍTULO 4 – UMA ANTROPOLOGIA VISUAL DA RELIGIÃO COMO TRADUÇÃO IDENTITÁRIA DE SILVEIRA MARTINS	52
4.1 Igreja Santo Antonio de Padova	56
4.2 Capela Santa Terezinha	58
4.3 Capela de Santa Inês e São João Batista	60
4.4 Capela Nossa Senhora das Graças e Santa Bárbara	63
4.5 Santuário Madonna di Pompei e Madonna Bambina	66
4.6 Santuário Madonna della Salute	68
4.7 Capela de São Roque	69
4.8 Capela de São Valentim e São Pedro	71
4.9 Capela de Santo Anselmo e Nossa Senhora de Fátima	74
4.10 Oratório Peregrinos da Paz – Mãe Três Vezes Admirável de Schoenstatt	76
4.11 Capela Madonna di Monte Berico	77
4.12 Capela São Vitor e Santa Corona	79
4.13 Capela de São João de Val de Buia, Santa Catarina e Santa Luzia	81
4.14 Capela Nossa Senhora Aparecida	85
4.15 Capela de São Luiz Gonzaga	88
4.16 Capela Nossa Senhora do Rosário	90
4.17 Capela Nossa Senhora do Bom Conselho e Beata Santa Bárbara Maix	92
CONSIDERAÇÕES PONTUAIS	95
BIBLIOGRAFIA	98
REFERÊNCIAS ETNOGRÁFICAS (HISTÓRIA ORAL)	105

INTRODUÇÃO

Os italianos que chegaram ao Rio Grande do Sul fixaram-se em quatro núcleos coloniais: Dona Isabel que originou Bento Gonçalves, Conde d'Eu que originou Garibaldi e Carlos Barbosa, Campo dos Bugres que originou Caxias do Sul, Flores da Cunha, Farroupilha e São Marcos e Silveira Martins que originou Silveira Martins, São João do Polesine, Ivorá, Faxinal do Soturno, Nova Palma, Pinhal Grande e Dona Francisca.

A colonização italiana na região central do estado do Rio Grande do Sul, denominada Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana de Silveira Martins, iniciou-se em 1877, com a chegada de cem famílias à localidade de Val de Buia, situada entre os limites dos municípios de Santa Maria e Cachoeira do Sul. No ano seguinte, havia cerca de 1600 pessoas instaladas num improvisado barracão onde hoje se encontra um monumento em homenagem aos que perderam a vida na travessia entre o território italiano e o espaço brasileiro. A Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana de Silveira Martins localizada no centro do estado durou até 1882, quando teve suas terras incorporadas aos municípios de Santa Maria, Júlio de Castilhos e Cachoeira do Sul. (DE BONI, 1983; DE BONI e COSTA, 1983; COSTA, 1986; ANTUNES e OLIVEIRA, 1994; MAESTRI, 2005).

Silveira Martins é considerada o berço da Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana, pois, no ano de 1877, ali chegaram os primeiros imigrantes italianos na região central do Rio Grande do Sul. Oriundos das regiões do Veneto, Trentino, Friuli-Venezia-Giulia, Lombardia e Emilia Romagna, estabeleceram-se primeiramente no histórico “Barracão de Val de Buia”, e desse acampamento surgiram os municípios que hoje formam a Quarta Colônia: São João do Polesine, Faxinal do Soturno, Ivorá, Pinhal Grande, Nova Palma, Dona Francisca, Agudo, Restinga Seca e Silveira Martins. (ZANINI, 2006).

Apesar de a Quarta Colônia ter sido instalada distante das três anteriores, em princípio, tudo indicava que o destino histórico seria o mesmo, já que os imigrantes estavam imbuídos da mesma vontade de vencer na nova terra, fato apontado por Santin, quando afirma que

a caçula das colônias nascia longe do epicentro da Colonização Italiana em nosso estado. Dois vastos vales, o do rio Jacuí e o do rio Taquari a separam de suas três co-irmãs mais velhas. Mas, além da distância,

nada parecia diferencia-las entre si, e tudo indicava que o destino histórico seria o mesmo. Lá e aqui o futuro era sonhado com a mesma grandeza e com a mesma ousadia. Os primeiros momentos e os primeiros passos foram vividos dentro de um mesmo ritmo. O solo assemelhava-se. O povo era proveniente das mesmas regiões do norte da Itália, todos estavam possuídos pelos mesmos ideais e pela mesma forte vontade de vencer (1990, p 447).

No fragmento de texto acima destacado, Santin relata as igualdades entre as condições encontradas nas quatro regiões de assentamento de imigrantes no Rio grande do Sul e os ideais dos imigrantes italianos.

Consideramos como um fator complexificador dessa realidade o fato de que os imigrantes italianos eram formados por vários grupos étnicos (Vênetos, Trentinos, Friulanos, Lombardos e Emilianos) e que no território em que se estabeleceram já viviam vários grupos étnicos. Assim, o presente trabalho se propõe a investigar e compreender como se deu a negociação da identidade entre os imigrantes que aportaram à Quarta Colônia Imperial de Imigração e os grupos étnicos que já estavam estabelecidos no local e também entre os próprios grupos de imigrantes.

O regionalismo, os movimentos étnicos e os movimentos religiosos podem ser considerados exemplos de luta simbólica em que os agentes usam para o seu interesse tudo que define a idéia que eles têm deles próprios, o “nós” em oposição a “eles” constituindo isso a força mobilizadora dos movimentos identitários.

Se considerarmos como a premissa de que as identidades são processos sociais que articulam o sujeito à estrutura (Hall, 2000), a sustentabilidade cultural e econômica de Silveira Martins deveria incluir o estudo da Imigração Italiana, o mapeamento e a identificação de seu espaço territorial e simbólico. Isso passa pelo reconhecimento do patrimônio cultural e histórico bem como os movimentos que expressam a religiosidade dos seus habitantes representados pela arquitetura religiosa e pelos objetos e artefatos utilizados nesses rituais, os quais identificam as práticas culturais e representam o patrimônio histórico-cultural local.

A identidade é constantemente negociada e encontra-se em permanente construção. Com esse pressuposto o presente trabalho pretende desvelar essa negociação sob o ângulo da etnicidade e da religiosidade e utiliza como objeto

empírico o patrimônio cultural religioso do município de Silveira Martins, localizado na região central do Rio Grande do Sul.

Tema

Patrimônio cultural religioso e negociação da identidade

Justificativa da temática em questão

Os motivos que justificam a realização da presente pesquisa são de ordem teórico-metodológica e de ordem pessoal.

As justificativas de ordem pessoal têm como ancoragem a nossa trajetória como ítalo-brasileiro, descendente de imigrantes, e a curiosidade pelas origens desde a infância vivida em Santa Maria. Foram poucos anos entre o tempo de ouvir as histórias contadas pelos *nonos*, o estudo da língua italiana no curso ministrado pelo professor Giuseppe Gilardini, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, em 1976, e a bolsa de estudos na *Università degli studi di Siena*, em 1977. Em 1985, após o retorno da Itália, fundamos a Sociedade de Cultura Ítalo-Brasileira Dante Alighieri, especialmente com o apoio do padre Luciano Gallinaro e do padre Clementino Marcuzzo.

O contato com as origens e a cultura Ítalo-Brasileira tornou-se mais intenso quando trabalhamos como Secretário de Município da Cultura, Turismo e Eventos na Prefeitura Municipal de Silveira Martins, na gestão de 2005 a 2008. Foram quatro anos de vivência efetiva com os habitantes de Silveira Martins e da região da Quarta Colônia, nos quais a habilidade de falar o dialeto vêneto, herança de nossos avós, foi de grande valia para nossa aceitação nas comunidades.

Entre os projetos desenvolvidos nesse período como secretário de Município de Cultura, Turismo, Desporto e Eventos de Silveira Martins estava um que consideramos o de melhor resultado no que se refere ao patrimônio cultural, pois a sua repercussão foi tão grande que ultrapassou as fronteiras do município. O referido projeto se intitulava “Projeto do Filò”, e consistia em desenvolver o Filó¹ não da forma tradicional como era nos primeiros anos de imigração, nas

residências, quando se reuniam pequenos grupos de pessoas, mas com um enfoque turístico-cultural. Para isso, optamos por realizá-lo nos salões de festas das capelas. Marcávamos uma reunião com a diretoria, definíamos uma data de acordo com as atividades da comunidade, e que, muitas vezes, se realizava às vésperas da festa do padroeiro que resultava numa grande mobilização da comunidade, aproveitávamos assim para fazer uma única divulgação. A administração colocava à disposição o transporte coletivo e dessa forma havia uma grande integração de toda a comunidade Silveirense. Dessa forma, podíamos contar com um público considerável, contemplando as diversas culturas locais. Cada participante era convidado a levar um prato de alimento produzido pela própria família o que resultava uma festa farta, como é o hábito nas comunidades rurais.

A Secretaria de Município encarregava-se da divulgação do Filó na região central, por meio do CONDESUS (Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia) e da AMCENTRO (Associação dos Municípios da Região Central do Rio Grande do Sul). As atrações e atividades desenvolvidas durante o Filó variavam desde grupos musicais, passando pelo teatro e jogos como a Mora² Bisca³ e Três Sete⁴. Em algumas localidades tivemos a participação de pessoas que trabalhavam com o artesanato de palha de trigo⁵, crochê e tricô.

Alguns municípios vizinhos como São João do Polesine, Pinhal Grande, Faxinal do Soturno, Ivorá e Santa Maria também foram contemplados com o “Projeto do Filó” de Silveira Martins. As administrações dos referidos municípios colocavam à disposição da Secretaria de Município da Cultura, Turismo e Eventos de Silveira Martins o transporte para que participássemos com nossa infraestrutura.

Cada Filó tinha uma solenidade de abertura, na qual apresentávamos as atividades da noite, por meio de um protocolo, com saudação às autoridades e

¹ Filó – evento típico dos grupos étnicos italianos nos primeiros anos de imigração, que consistia em reunir familiares e amigos em uma residência, onde todos compartilhavam comidas e bebidas que haviam levado de suas casas, faziam trabalhos manuais e outras entretenimentos lúdicos, como jogar cartas.

² O jogo da Mora é um jogo da região do Vêneto trazido pelos imigrantes. Consiste em acertar a soma dos dedos que os jogadores venham a expor sobre a mesa. A principal característica é a agilidade ao estender os dedos sobre a mesa entre gritos e batidas.

³ Bisca ou Biscola é um jogo de cartas que deriva do baralho espanhol de 40 cartas. O objetivo principal do jogo é acumular mais pontos que o adversário baseando-se nas cartas que são pescadas e descartadas.

⁴ Três Sete é um jogo de cartas no qual usa-se o baralho espanhol de 40 cartas.

homenagem ao mais idoso(a) da comunidade. Nessa ocasião, era lido um pequeno histórico sobre essa pessoa que, em geral, estava envolvida na construção da capela e, como presente ao homenageado(a) geralmente era ofertada uma imagem do padroeiro(a) da comunidade.

Durante o desenvolvimento do “Projeto do Filó”, aproveitamos para observar, realizar uma pesquisa de campo exploratória mediante entrevistas informais e efetuar anotações sobre as comunidades que se estabeleciam em torno das capelas e suas devoções. Experiências que levaram ao desafio de efetuar uma pesquisa acadêmica sobre a questão e foram motivadoras de nosso ingresso no Mestrado em Patrimônio Cultural da UFSM.

As justificativas de ordem teórico-metodológica ancoram-se na constatação de que os marcos da italianidade, como as devoções religiosas e seu patrimônio histórico-cultural são continuamente reprocessados, de uma forma em que se mesclam hábitos e valores dos universos familiares dos descendentes dos imigrantes, e do lastro cultural que encontraram no Brasil. A relação que se estabelece entre o patrimônio cultural religioso e o processo de negociação da identidade do imigrante italiano de Silveira Martins se apresenta como um desafio teórico-metodológico e justifica a realização desta pesquisa como um vigoroso lócus de análise e interpretação para a área de patrimônio cultural.

Tomando por base essa constatação partimos para a pesquisa do Estado da Arte, ou seja, procuramos identificar quem já havia estudado a temática, onde e como. Já tínhamos contato com a obra de Frei Rovílio Costa, que conhecemos como membro do *Comitato Degli Italiani all'Estero* (COMITES) na gestão 1986-1989, e que nos apresentou ao pesquisador Luiz Alberto De Boni e suas obras, entre as quais destacamos as coletâneas que formam a obra *A presença Italiana no Brasil*, composta por três volumes.

Mais especificamente sobre a imigração italiana na região central do Rio Grande do Sul, destacamos a obra da pesquisadora Maria Catarina Chitolina Zanini, especialmente o livro *A identidade no Brasil Meridional: a construção da identidade étnica na região de Santa Maria - RS* e os inúmeros trabalhos por ela publicados. Além dos livros organizados por De Boni, que possuem vários capítulos sobre a imigração na Região Central do Rio Grande do Sul e

⁵ O artesanato em palha de trigo consistia especialmente na confecção de tranças para fazer chapéus.

especialmente em Silveira Martins, como os de autoria Silvino Santin, Luiz Sponchiado, Riolando Azzi e Ari Pedro Oro, entre outros. Outro autor importante para a compreensão da temática é Jérri Roberto Marin, que defendeu sua tese de doutorado sobre a Quarta Colônia e publicou, entre outras, a obra *Quarta Colônia: novos olhares*.

Uma síntese de obras que tratam da imigração na região central do Rio Grande do Sul é feita por Égide Guareschi no livro *Levantamento sobre memória de Imigrantes Italianos na região de Santa Maria*. A autora faz um levantamento de obras que tratam de aspectos familiares ou de circunstâncias histórico-sociais da imigração italiana na região central do Rio Grande do Sul, e são descritos resumidamente 87 trabalhos dentre os quais destacamos para os objetivos deste estudo: ANTUNES (1997) que aborda o bilingüismo dos imigrantes italianos e a necessidade de aprenderem a Língua Portuguesa com a instalação do Estado Novo; COSTA BEBER (1996) faz uma genealogia familiar com abrangentes informações sobre a imigração e a colonização italiana da Quarta Colônia; BOLZAN (1997) relata a travessia oceânica dos imigrantes e a chegada detendo-se nos hábitos, festas populares e no cotidiano; BUSANELLO (1999) faz um apanhado geral, desde a viagem, a chegada, também o estabelecimento na região da Quarta Colônia Imperial do Rio Grande do Sul; CARLESSO (1989) traz dados genealógicos dos ancestrais da família e seu berço de origem na Itália, destacando o trabalho, o dia-a-dia e a adaptação à nova terra; DAL LAGO (1993) traz uma pesquisa-relato, escrita em português e italiano que resgata uma parte da história da Quarta Colônia Imperial de Silveira Martins; DALMOLIN (2005), tem como eixo a repressão provocada pelo nacionalismo varguista por meio de documentos e depoimentos de imigrantes italianos que viveram os acontecimentos da repressão advinda da implantação do Estado Novo no Brasil; DOTTO (s.d.) traz um registro histórico sobre a imigração local, acontecimentos históricos e formação do distrito de Silveira Martins, como a sede do Quarto Núcleo Colonial da Imigração Italiana do RS; ITAQUI E VILLGRÁN (1998) narra o desenvolvimento do *Projeto Regional de Educação Patrimonial da Quarta Colônia*; LORENZONI (1975) traz memórias de um imigrante escritas na forma de um diário. Dividida em três partes que focalizam a viagem (Itália-Brasil), a chegada, a fixação na terra e a formação dos primeiros núcleos. MAGRO, (2001)

relata a imigração italiana, a religiosidade, os costumes, as tradições, as primeiras construções, algumas historietas, provérbios, exclamações e pequeno dicionário. MARCUZZO (1982) narra os costumes e tradições locais, bem como aspectos históricos, religiosos, sociais, culturais e étnicos dessa comunidade; MARIN, (1999) aborda temas como o trabalho, a diversão, a educação, a religiosidade (controle político dos sacerdotes) e o desenvolvimento socioeconômico da Quarta Colônia.

RIGHI, BISOGNIN e TORRI, (2001), resgatam o momento histórico da vinda dos imigrantes italianos estabelecidos na Quarta Colônia; RUBERT (1976) traz resultados de pesquisa em arquivos da Itália. SANTIN (1986) descreve aspectos sociais e religiosos da Quarta Colônia; SAQUET (2003) trata da gênese e do desenvolvimento econômico da Colônia Silveira Martins entre 1878 e 1950; SPONCHIADO (1996) relata os 50 anos de vida sacerdotal de Padre Luizinho Sponchiado, narra a presença da igreja nesse tempo, a constituição das comunidades e traz um completo inventário das famílias catalogadas pelo Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma; VÉSCIO (2001), narra a vida e as diferentes versões da morte do Padre Sório, episódio que ocorreu no final do século XIX no núcleo colonial de Silveira Martins, e revela a relação conturbada da Maçonaria com a Igreja Católica.

Acrescentamos às vivências e estudos acima citados a observação e a convivência com os descendentes de italianos, particularmente em Silveira Martins, que nos auxiliaram, junto com o aporte teórico, a formular a problemática da pesquisa, a hipótese e as estratégias metodológicas para cumprir os objetivos propostos.

Resumindo, podemos afirmar que, durante a nossa trajetória de vida e, especialmente, nas oportunidades que se apresentaram quando fomos membro do COMITES (1986-1989), presidente da Sociedade de Cultura Ítalo-Brasileira Dante Alighieri (1985-1991), Secretário de Turismo, Cultura, Eventos e Desporto de Silveira Martins (2005-2008), convivemos com vários estudiosos e interessados pelo tema da imigração italiana e adquirimos bibliografia sobre o assunto, à qual adicionamos muitos outros autores no decorrer da presente pesquisa.

A problemática da pesquisa

Como foi negociada a identidade do imigrante italiano no berço da Quarta Colônia Imperial de Imigração do Rio Grande do Sul?

A Hipótese

A hipótese aqui considerada é que a negociação da identidade do imigrante italiano da Quarta Colônia Imperial de Silveira Martins e região central do Rio Grande do Sul deu-se por meio da religiosidade. As marcas da negociação da identidade por meio da religiosidade podem ser evidenciadas no patrimônio cultural religioso (igrejas, capelas, capitéis, iconografia), nos movimentos religiosos e na introdução de devoções a santos padroeiros.

Noções que movimentam esta Dissertação

A primeira noção que aparece no título desta dissertação está representada pela palavra “patrimônio”, que deriva do vocábulo latino “*patrimonium*”, significando bens herdados do pai. Na linguagem corrente, do senso comum, o patrimônio é um conjunto de bens da família, sobretudo aqueles que foram recebidos por herança.

A noção de patrimônio está aqui associada à de cultura, ou seja, o segundo conceito que norteia os estudos é o de “patrimônio cultural”, que compreende as práticas, representações, expressões, conhecimentos e aptidões, bem como os instrumentos, objetos, artefatos e espaços culturais construídos que lhes estão associados. Espaços e práticas nos quais as comunidades, os grupos ou os indivíduos reconheçam como parte integrante de seu patrimônio cultural.

O conceito de cultura vai, muitas vezes, ao encontro do conceito de identidade e, mais ainda, este trabalho vai buscar questões que podem contribuir com a noção de identidade cultural que se caracteriza pela sua polissemia e o seu carácter fluido.

A construção da identidade, que neste trabalho optamos por olhar pelo viés da negociação, ocorre no interior de formações sociais que determinam a posição dos agentes e, por isso mesmo, orientam as suas representações e escolhas e produzem, assim, efeitos sociais reais.

Não existe uma identidade em si, nem sequer para si, pelo que essa é sempre uma relação com o outro. A identidade pode ser compreendida como uma negociação, entre uma autoidentidade, definida por si próprio, e uma eixoidentidade, definida pelos outros.

Com relação ao conceito de etnia, refere-se a um grupo que partilha origens e tradições comuns, a mesma língua, a mesma cultura e pode ser entendido pelas práticas culturais e os modos de entender o mundo que distinguem uma comunidade das restantes. Não existe nada de inato na etnicidade, é um fenômeno unicamente social, um elemento central da identidade do indivíduo e do grupo. Pode ser uma linha de continuidade com o passado e é mantida viva por meio de tradições culturais.

O percurso metodológico

A presente pesquisa possui abordagem qualitativa na qual buscamos descrever a complexidade do problema da pesquisa. O processo da pesquisa (objetivos, métodos e dados) emerge do contexto estudado e é fundamentalmente interpretativo. A interpretação dos resultados surge como totalidade de uma reflexão baseada na descrição de um fenômeno em um contexto.

Construir uma estratégia metodológica, que possa dar conta da identificação de bens patrimoniais com base em referências culturais, pressupõe localizar, na dinâmica social em que se inserem, bens e práticas culturais, sentidos e valores vivos, marcos de vivências e experiências que conformam uma cultura para os sujeitos que com ela se identificam (FONSECA, 2002).

A pesquisa de campo e identificação de fontes, com influência etnográfica (CLIFFORD, 1998; GEERTZ, 1989, 2002; ZANINI, 2006), foi programada para ser realizada em três momentos distintos:

Primeira fase: consistiu na identificação de igrejas, capelas, movimentos religiosos e crenças tomando como suporte territorial as diferentes linhas de assentamento dos colonos e que hoje são representados por aglomerados denominados como: Linha Um, em que está localizada a devoção à Santa Terezinha; Linha Duas, na qual foi construída a Capela Santa Inês e São João; Linha Três em que está localizada a Capela de Nossa Senhora das Graças; Linha Pompéia, em que está localizada a Capela de Nossa Senhora da Pompéia; Linha

Quarta, em que foi construída a capela da Madonna della Salute; Linha Seis Sul, em que está localizada a capela de São Roque; Linha Seis Norte, capela de São Valentin; Linha Base, em que os padroeiros da capela são Nossa Senhora de Fátima e Santo Anselmo e, recentemente foi construído o Oratório Peregrinos da Paz e Mãe Três Vezes Admirável de Schoenstatt e Beato João Pozzobon; Val Verones cuja capela é dedicada á Nossa Senhora de Monte Bérico; Val Feltrina, com capela dedicada a São Vitor e Santa Corona; Val de Buia cuja capela é dedicada a São João, Santa Catarina e Santa Luzia; Vila Brasília , com capela dedicada à Nossa Senhora Aparecida; Vila Cattani, com capela em honra de São Luiz Gonzaga; Linha do Rosário com uma capela dedicado à Nossa Senhora do Rosário; e a sede do município de Silveira Martins cuja Igreja matriz é dedicada a Santo Antônio de Pádua, e possui ainda a capela Nossa Senhora do Bom Conselho e Beata Bárbara Maix. Nesta fase, consideramos que cada uma dessas linhas e locais tem seu patrimônio histórico e religioso próprio.

Segunda fase: observação e pesquisa exploratória de campo durante a realização dos filós nos salões paroquiais das diferentes capelas

Terceira fase: pesquisa de fontes utilizando a técnica de entrevistas narrativas, também descritas na literatura como entrevistas em profundidade, que foram gravadas (BAUER e GASKEL, 2002) e levadas a efeito com membros da comunidade de Silveira Martins que possuíssem um envolvimento com os movimentos religiosos ou pudessem colaborar para elucidar a percepção da população, e a sua própria percepção, a respeito do objeto em estudo. Foram realizadas 17 entrevistas, utilizando um roteiro pré-estabelecido, com pessoas identificadas, nas fases anteriores da pesquisa, como indivíduos ligados à história da comunidade e da devoção representada nas capelas, santuários, oratórios e igreja, suas manifestações religiosas e festivas.

Objetivos

O objetivo geral deste estudo é investigar as relações tecidas entre o patrimônio cultural religioso e o processo de negociação da identidade do imigrante italiano da Quarta Colônia Imperial de Silveira Martins e da região central do Rio Grande do Sul.

Os objetivos específicos estão compreendidos em:

- identificar igrejas, capelas, oratórios, santos padroeiros e devoções religiosas presentes nas linhas de assentamento dos imigrantes de Silveira Martins;

- realizar observação *in loco* durante a realização dos filós nos salões paroquiais das diferentes capelas, oratórios e igreja;

- investigar por meio de entrevistas com membros das comunidades a origem dos santos padroeiros, suas possíveis ligações com grupos étnicos e seus significados representados concreta (igrejas e capelas, oratórios) ou simbolicamente (santos padroeiros e devoções).

Relevância para o desenvolvimento regional/nacional

Silveira Martins possui uma população de 2.680 habitantes e está situada a 500m acima do nível do mar. A economia do município gira em torno da agricultura familiar e da agroindústria e tem como maior dificuldade o relevo, o esgotamento das terras e as dimensões cada vez menores das propriedades. Atualmente o município tem tomado um novo ritmo de crescimento econômico e cultural em razão de projetos como: Rota Gastronômica Santa Maria–Silveira Martins, Rota Gastronômica da Quarta Colônia, Fesbata (Festa Estadual da Batata), Natal Iluminado da Quarta Colônia e Programa Proceder. Além de ações que vêm ocorrendo mediante parcerias firmadas com Ministério da Educação, Ministério da Cultura, Ministério do Turismo, Secretaria de Ensino Superior, Secretaria de Educação a Distância, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Secretaria de Educação Tecnológica, Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Universidade Federal de Pelotas – UFPel, Centro Universitário Franciscano – UNIFRA, SEBRAE, SENAC, SENAR e EMATER.

A origem étnica do povoamento de Silveira Martins proporcionou a formação de uma cultura peculiar, na qual se destacam como patrimônios a arquitetura, a gastronomia e os movimentos religiosos, que atraem visitantes para o Município e podem, em um futuro próximo, constituir-se na sua principal fonte de renda.

A sustentabilidade econômica do Município tem no turismo uma de suas viabilidades mais plausíveis, pois a geografia montanhosa da região permite aos

pequenos proprietários apenas a manutenção de uma agricultura familiar incipiente.

A presente pesquisa propõe-se a mapear e registrar um dos traços culturais marcantes do município, os movimentos religiosos, as diversas representações materiais que deles derivam e suas referências culturais, ou seja, o significado desses objetos para a comunidade local, que contribuem na formatação e construções identitárias, as quais permitem o sentimento coletivo de pertencimento ao mesmo grupo social e cultural, apesar de reconhecermos a diversidades culturais e as pluralidades sociais.

Estrutura da dissertação

O primeiro capítulo tem o objetivo de embasar conceitualmente a pesquisa na área de concentração História e Patrimônio Cultural e na linha de pesquisa de mesmo nome do Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria. Com esse intuito, o texto está subdividido em três partes: *A noção de patrimônio*, *Patrimônio religioso* e *Patrimônio religioso do imigrante italiano*.

O objetivo do segundo capítulo, intitulado *A negociação da identidade regional*, é apresentar a problemática de pesquisa ancorada na questão da negociação de novas identidades por meio da religiosidade como forma de superação dos possíveis conflitos étnicos e culturais pertinentes às disputas identitárias hegemônicas ou hegemonizantes. Nessa perspectiva, o texto está subdividido em três partes: algumas considerações em torno da noção de identidade; negociações e novas identidades; e tornando-se ítalo-brasileiro por meio da religiosidade.

O objetivo do terceiro capítulo, *A etnia italiana e a religiosidade na região central do Rio Grande do Sul*, é discutir a influência da etnia italiana na religiosidade da Quarta Colônia de Imigração Italiana, particularmente no município de Silveira Martins, Rio Grande do Sul. Com esse intento está subdividido em três partes: a primeira aborda as noções de grupo étnico, raça e nação; a segunda a negociação da identidade regional pelos grupos étnicos italianos; e a terceira aborda o papel da devoção religiosa na negociação da identidade regional destacando o contexto da Igreja Católica no Brasil e no Rio

Grande do Sul do século XIX; da Igreja Católica na região central do estado no final do século XIX; e da Igreja Católica nos primeiros anos da imigração italiana na colônia de Silveira Martins.

O objetivo do quarto capítulo, *Patrimônio e Identidade Regional*, é salientar que o patrimônio histórico de Silveira Martins testemunha a negociação da identidade local e regional. Logo após assentadas as levas de imigrantes, a primeira obra comunitária erigida era a Igreja. A igreja Santo Antonio de Pádua é o exemplo dessa tradição, pois, apenas 10 anos após à sua chegada, os imigrantes juntaram dinheiro para construí-la ao modelo das grandes catedrais italianas. Os primeiros padres também foram trazidos da Itália por iniciativa dos imigrantes com seus próprios recursos. As diversas capelas, que foram construídas nas linhas no final do século XIX e início do XX, foram também edificadas para atender àqueles que viviam longe da matriz.

Por fim, apresentamos considerações pontuais, que levam em conta que a realidade estudada está em permanente construção, ou, como optamos por denominar nesta dissertação, em permanente “negociação” entre os grupos étnicos e suas culturas. Em resumo, podemos considerar que a negociação entre as etnias resulta em um amalgama multifacetado representado pelo imigrante italiano da região central do Rio Grande do Sul, que denota pontos de união e identidade entre as etnias que representa. Dentre esses pontos identitários, pode-se destacar pelo menos três: os grupos étnicos provenientes da península itálica vieram de regiões outrora dominadas por Veneza; atravessaram o oceano juntos; sobreviveram às mesmas vicissitudes; e negociaram a sua inserção na nova Pátria e no novo local pela religiosidade, pois, em sua grande maioria, eram católicos, constituindo-se também esse último ponto em uma das únicas similitudes com as etnias já estabelecidas na região e os novos habitantes.

CAPÍTULO 1 - PATRIMÔNIO CULTURAL RELIGIOSO

Este capítulo tem o objetivo de embasar conceitualmente a presente pesquisa na área de concentração História e Patrimônio Cultural e na linha de pesquisa de mesmo nome do Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria. Com esse intuito, o texto está subdividido em três partes: *A noção de patrimônio*, *Patrimônio religioso* e *Patrimônio religioso do imigrante italiano*.

1.1 A noção de patrimônio

A palavra patrimônio está historicamente associada ou à noção do sagrado, ou à noção de herança, de memória do indivíduo, de bens de família. A idéia de um patrimônio comum a um grupo social, definidor de sua identidade e enquanto tal merecedor de proteção nasceu no final do século XVIII, com a visão moderna de história e de cidade (BABELON E CHASTEL, 1994).

No século XVIII, o poder público, na França, tomou as primeiras medidas de proteção aos monumentos de valor para a história da nação. Com isso, o uso do vocábulo patrimônio estendeu-se para contemplar os bens protegidos por lei, por meio da ação de órgãos especialmente constituídos para nomear o conjunto de bens culturais de uma nação (RODRIGUES 2005). A criação de patrimônios nacionais intensificou-se durante o século XIX e foi utilizada para usar referenciais comuns a todos que habitavam o mesmo território, com o fim de unificá-los em torno de interesses tradições comuns que se sobrepuseram às memórias particulares e regionais.

Em 30 de novembro de 1937 o Presidente do Brasil, Getulio Vargas, assinou o Decreto-Lei n. 25, que teve por base um anteprojeto de Mario de Andrade criando o serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), primeiro órgão federal dedicado à preservação. O art.1º, do Decreto-Lei definia o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como “um conjunto de bens móveis e imóveis cuja conservação seja de interesse público, seja por sua vinculação a

fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico, bibliográfico ou artístico”(RODRIGUES 2005, p. 17)

O reconhecimento público desse valor se faria pelo tombamento, isto é, pela inscrição do bem em um dos quatro livros do Tombo: arqueológico, etnológico e paisagístico; histórico; das belas artes e das artes aplicadas. O tombamento, principal instrumento jurídico até hoje utilizado para impedir ou minimizar a destruição de bens culturais, não implica a perda da propriedade do bem. A responsabilidade pela conservação do bem continua sendo do proprietário.

A finalidade do patrimônio, originalmente tido como representar o passado das nações, ampliou-se em setembro de 1998, por ocasião do cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos do Homem, quando o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) divulgou um instrumento no qual é reafirmado o direito ao patrimônio cultural como parte integrante dos direitos humanos.

Todo o homem tem direito ao respeito aos testemunhos autênticos que expressam sua identidade cultural no conjunto da grande família humana; tem direito a conhecer seu patrimônio e o dos outros; tem direito a uma boa utilização do patrimônio. Tem direito a participar das decisões que afetam o patrimônio e os valores culturais nele representados; e tem direito a se associar para a defesa e valorização do patrimônio (RODRIGUES 2005, p.23).

O patrimônio passou a possuir um caráter simbólico unificador, que procurava dar base idêntica a todos, embora os grupos sociais étnicos, presentes em um mesmo território, fossem diversos.

Sob o ângulo político, a palavra patrimônio indica uma escolha oficial que envolve exclusões e também significa algo construído para ser uma representação do passado histórico e cultural de uma sociedade.

A construção do patrimônio cultural depende das concepções que cada época possui a respeito do que, para quem, e por que preservar. “A preservação resulta, por isso, da negociação possível entre diversos setores sociais, envolvendo cidadãos e poder público” (RODRIGUES, 2005, p.16).

A partir do final da década de 70 do século XX, o patrimônio cultural passou a ser entendido como o fator de memória das sociedades. Atualmente, além de servir ao conhecimento do passado, os remanescentes materiais da cultura são considerados testemunhos de experiências vividas coletivas ou

individualmente, que podem permitir aos indivíduos lembrar e ampliar o sentimento de pertencer ao mesmo espaço (territorial ou simbólico), de pertencer a uma mesma cultura, e perceberem um conjunto de elementos comuns que tecem um sentido de grupo e a memória coletiva.

No Brasil, a promulgação do Decreto-Lei n. 25, de 30 de novembro de 1937, já referido anteriormente, determinou regras para a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional e instituiu o instrumento do tombamento. A inscrição, em um dos quatro livros do tombo, de bens móveis ou imóveis cuja conservação é de interesse público, impede legalmente que eles sejam destruídos ou mutilados. O ato do tombamento, que geralmente resulta de um movimento social, é uma prerrogativa do Executivo, não implica desapropriação e nem determina o uso, tratando-se, sim, de "uma fórmula realista de compromisso entre o direito individual à propriedade e a defesa do interesse público relativamente à preservação de valores culturais" (FONSECA, 1997, p.115).

Entretanto, "o tombamento é apenas uma das formas legais de preservação, que incluem toda e qualquer ação do Estado que vise conservar a memória ou valores culturais" (CASTRO, 1991, p.5-8). Atualmente, um dos maiores desafios à gestão do patrimônio cultural é definir conceitual e legalmente novas formas de acautelamento compatíveis com sua abrangência, cada vez maior, e com o exercício dos direitos culturais do cidadão, reconhecidos no texto da Constituição de 1988, particularmente no art. 215: "O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional (...)" e no art. 216: "O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação".

A abrangência conceitual, na abordagem do patrimônio cultural, está relacionada com a retomada da definição antropológica da cultura como "tudo o que caracteriza uma população humana" ou como "o conjunto de modos de ser, viver, pensar e falar de uma dada formação social" (SANTOS, 1999). A definição de cultura, pela qual optamos na presente dissertação, é entendida como "todo conhecimento que uma sociedade tem de si mesma, sobre outras sociedades, sobre o meio material em que vive e sobre sua própria existência" (BOSI, 1993).

Apesar de todas as discussões teóricas conduzidas em âmbito internacional, somente em 1982, a Unesco conseguiu chegar a um acordo sobre a necessidade de uma definição mais abrangente para a cultura, que passa desde então a ser referência, ou seja, a cultura passa a ser conceituada como: "conjunto de características distintas, espirituais e materiais, intelectuais e afetivas, que caracterizam uma sociedade ou um grupo social (...) engloba, além das artes e letras, os modos de viver, os direitos fundamentais dos seres humanos, os sistemas de valor, as tradições e as crenças" (Unesco, 2000).

Sem a pretensão de defender uma definição rigorosa de patrimônio cultural, sabe-se que sua significação vocabular aponta para aquilo que é de herança comum. A identificação de traços históricos e culturais nas peças, imagens e monumentos sacros têm como objetivo a identificação de uma essência identitária que possa delinear uma cultura regional, um marco que vem perdurando ao longo dos anos de forma coerente e, portanto, justificando a sua preservação.

1.2 Patrimônio histórico religioso e referência cultural

O conceito de patrimônio tem sido submetido a novas dimensões e retóricas, tanto em relação à cultura material quanto à imaterial. Debates que têm conduzido pesquisadores de áreas diferentes a refletir sobre os conceitos envolvidos e os projetos políticos e sociais que abrangem a sociedade como um todo no que tange as formas de apropriação e ressignificação. Conforme Lima Filho e Bezerra (2006), torna-se necessário, sobretudo, perceber e conceber o conceito de patrimônio no complexo cultural brasileiro

Atualmente ocorre, tanto em nível internacional como no Brasil, a ampliação do significado do patrimônio cultural, incluindo também a manifestações culturais imateriais, como as festas religiosas ou profanas, tradições orais, música e culinária. A valorização do patrimônio cultural imaterial de uma localidade pode contribuir para o fortalecimento de sua identidade, e aliada à atividade turística, pode promover a conservação das festas e a melhoria das condições de vida da população.

Camurça e Giovannini Jr (2003), após realizarem pesquisa sobre religião e patrimônio histórico, em Minas Gerais, defendem um conceito de patrimônio cultural capaz de fornecer às pessoas uma referência intelectual para se pensar as igrejas, celebrações e imagens de forma histórica e cultural. Assim como esses objetos e eventos como portadores de uma identidade, seja ela local e/ou nacional.

A noção de referência cultural pressupõe a produção de informações e a pesquisa de suportes materiais para documentá-las, mas significa algo mais: um trabalho de elaboração desses dados, de compreensão da ressemantização de bens e práticas realizadas por determinados grupos sociais, que visa à construção de um sistema referencial da cultura daquele contexto específico. Nesse processo, a situação de diálogo que necessariamente se estabelece entre pesquisadores e membros da comunidade, propicia uma troca com a qual todos sairão enriquecidos: para os agentes externos, valores antes desconhecidos virão ampliar seu conhecimento e compreensão do patrimônio cultural; para os habitantes da região, esse contato pode significar a oportunidade de recuperar e valorizar partes do seu acervo de bens culturais e de incorporá-las ao desenvolvimento da comunidade (FONSECA, 2002).

Apreender referências culturais significativas para um determinado grupo social pressupõe não apenas um trabalho de pesquisa, documentação e análise, como também a consciência de que possivelmente se produzirão leituras, versões do contexto cultural em causa, diferenciadas e talvez até contraditórias, pois, dificilmente se estará lidando com uma comunidade homogênea.

Reconhecer essa diversidade não significa que não se possa avaliar, distinguir e hierarquizar o saber produzido. Haverá sempre referências que serão mais marcadas e/ou significativas, pelos valores materiais ou simbólicos envolvidos. Por outro lado, bens aparentemente insignificantes podem se mostrar fundamentais para a construção da identidade social de uma comunidade, de uma cidade, de um grupo étnico, etc. Ou seja, é preciso optar por um ponto de vista para organizar o que se quer identificar e, para isso, é preciso definir um determinado recorte como, por exemplo, a religiosidade, a sociabilidade ou o trabalho que, evidentemente, vai indicar uma determinada compreensão do campo que se quer mapear.

O termo “religião” originou-se da palavra latina *religio* cujo sentido primeiro indicava um conjunto de regras, observâncias, advertências e interdições, sem fazer referência a divindades, rituais, mitos ou quaisquer outros tipos de manifestação que, contemporaneamente, entendemos como religiosas. Assim, o conceito “religião” foi construído histórica e culturalmente no Ocidente adquirindo um sentido ligado à tradição cristã ratificado no período medieval, atestando a hegemonia do pensamento católico nas estruturas mentais do Ocidente. Um dos espaços de construção desse pensamento foi a Península Itálica, mais precisamente na Santa Sé (que corresponde ao atual estado do Vaticano). O pensamento cristão medieval se pulverizou pelas varias comunidades, pelos grupos étnicos que possuíam o orgulho da “italianidade” em construção. O desfecho, pode-se dizer, ocorreu no movimento cultural renascentista, quando tais grupos protagonizaram a afirmação e consolidação do pensamento católico moderno, a partir do século XV.

No século XIX, as mudanças que ocorreram na Península Itálica, no tempo de formação do Estado Nacional Italiano, ocasionaram a emigração de diversos grupos étnicos e culturais (como veremos posteriormente), dos quais muitos vieram como imigrantes para o Brasil, trazendo, na bagagem cultural, um sentimento religioso cristão inerente às suas identidades. Convém destacar que essas percepções e reconhecimentos, nas construções identitárias, se manifestavam influenciadas pelo idealismo romântico daquele século, influenciando definitivamente no sentimento de pertencimento à nação católica. O vocábulo “religião”, nascido como produto histórico de nossa cultura ocidental e sujeito a mudanças ao longo do tempo, não possui um significado original ou absoluto como poderíamos pretender encontrar. Ao contrário, somos nós, com finalidades científicas, que conferimos sentido ao conceito. Tal conceituação não é arbitrária: deve poder ser aplicada a conjuntos reais de fenômenos históricos suscetíveis de corresponder ao vocábulo “religião”, extraído da linguagem corrente e introduzido como termo técnico. Atualmente a definição mais aceita pelos estudiosos tem sido a de que a religião é um sistema comum de crenças e práticas relativas a seres sobre-humanos dentro de universos históricos e culturais específicos (SILVA, 2004).

1.3 Patrimônio religioso do imigrante italiano

Para o imigrante italiano, estava clara “a idéia da imigração como *sucesso e busca de vantagens* que não existiam na pátria de origem” (COSTA, 1990, p. 531).

Porém, como destaca Costa,

seria frustrado o trabalho, a conquista econômica, o sucesso familiar e social, se não ocorresse também, a salvação, preocupação da maior parte das famílias, porque católicas praticantes. A preocupação com a salvação é comprovada pela preocupação que as comunidades tiveram no atendimento às “necessidades religiosas”. Chamar o padre quando alguém estivesse em perigo de vida era mais importante do que chamar o médico. Saúde e salvação se equivalem como valores – aquele para o progresso material e este para o sucesso espiritual do destino cristão. A saúde era vista como necessária para usufruir as vantagens da vida presente e ter sucesso pelo trabalho. A religião era vista, também, sob o prisma de *vantagem* para a salvação e para a vida futura. A mesma pergunta era feita diante de três momentos importantes da vida do imigrante: 1º Para que trabalhar? 2º Para que mandar os filhos à escola? 3º Para que praticar a religião? Este último ponto, o mais sagrado, era também visto sob o prisma da utilidade (1990, p. 532).

A expressão religiosa era traduzida na forma de promessas, orações e intenções de missa que pediam saúde e liberação de perigos e, na ótica dos valores, destacavam-se saúde e salvação. A religião como tradução de mundo corroborava com as identidades que atravessaram o oceano e aportaram seguros na América.

A prática de rezar o terço era um hábito familiar e comunitário e poder-se-ia concluir que a maior parte de suas igrejas e capelas deveriam ser dedicadas à Nossa Senhora sob este ou aquele título. Talvez o fossem pela vontade das comunidades, mas em geral, os sacerdotes não permitiam mais de uma capela com um mesmo patrono na mesma paróquia (COSTA, 1990, p.534).

Costa explica que a devoção à Maria era uma devoção doméstica que fazia parte do cotidiano do imigrante, porém a devoção aos santos padroeiros estaria ligada à situação de sair da pátria e aventurar-se em um novo mundo. “Sob este prisma de utilidade passou a ser vista a religião. Ao escolher um patrono era comum a pergunta: *Ma sto santo servelo par che? Saralo un santo forte*”⁶ (1990, p. 535). A religião como tradução estava inculcada na vida privada da família,

⁶ Mas este santo serve para que? Será um santo forte? (tradução livre)

sendo este um dos tantos patrimônios da cultura, do conhecimento e reconhecimento que as famílias mantinham de si.

Essas escolhas parecem demonstrar a busca do imigrante por soluções imediatas aos seus problemas. Maria era a mãe, era próxima, os santos padroeiros poderiam interceder na vida cotidiana. Maria fazia parte das preces diárias, do rezar o terço, o santo padroeiro demarcava uma intenção de vida, uma dificuldade em geral ligada ao sucesso no trabalho.

O pensar e o proceder religioso do imigrante italiano e descendente, nas suas formas empíricas, apresenta-se sob três prismas diferentes: 1. Atribuição de poderes também divinos às forças da natureza; 2. Atribuição de poderes absolutos à Deus até mesmo à área da incoerência, porque Deus é de poder absoluto e se não intervém na natureza é apenas por não querer; 3. Atribuição de poderes coerentes à Deus, aos santos e à Santíssima Virgem (COSTA, 1990, p.535).

Conforme Bourdieu (1998) a atualização da história é derivada do *habitus*, o que nos faz entender as condições sociais de produção dos atores bem como as condições institucionais, ou seja, a história objetivada e a incorporada. Quando procuramos critérios para caracterizar a identidade de um grupo, é importante considerar as representações, pois as propriedades simbólicas podem ser utilizadas estrategicamente em razão de interesses materiais. As lutas simbólicas são disputas pelo monopólio de impor definições das divisões do mundo social e assim fazer e desfazer grupos. O poder simbólico firma-se no reconhecimento, e, dessa forma, as disputas são por conhecimento e reconhecimento porque são eles que indicam que é possível uma ação simbólica de mobilização em busca de uma unidade ou na crença de uma unidade.

A escolha do santo parece estar ligada a negociações entre etnias, e entre estas e os grupos étnicos já instalados na região. Um ponto em comum e mobilizador da religiosidade dos grupos étnicos parece ter sido uma espécie de pragmática da devoção, ou seja, “o uso prático do santo”, quer dizer, em que esse Santo ou Madonna pode ajudar o grupo na nova terra? Essa constatação parece explicar, como veremos no último capítulo, a presença de devoções que estão ligadas à cura de doença e à defesa contra pestes, privilegiando em primeiro lugar a saúde dos imigrantes em sua labuta cotidiana.

CAPÍTULO 2 - NEGOCIAÇÃO DA IDENTIDADE DO IMIGRANTE ITALIANO

Este capítulo tem o objetivo de apresentar a problemática desta pesquisa, que é ancorada na questão da negociação de novas identidades por meio da religiosidade. Nessa perspectiva, o texto está subdividido em três partes: na primeira, *algumas considerações em torno da noção de identidade*, procuramos evidenciar a noção de identidade como uma construção; na segunda, *negociações e novas identidades*, apresentamos uma breve historicização da República de Veneza para demonstrar a negociação de novas identidades mediante da dominação mercantil; na terceira, *tornando-se ítalo-brasileiro por meio da religiosidade*, discutimos a questão do ultramontanismo católico como um dos vetores de negociação da identidade regional.

2.1 Algumas considerações em torno da noção de identidade

O conceito de identidade como um lugar estável e identificável no mundo social está mudando e para refletir sobre esse processo é interessante atentar para três aspectos: o primeiro é a relação entre identidade e diferença, ou seja, a questão da construção do outro; o segundo é a questão do descentramento da identidade ocorrido na modernidade; já o terceiro implica no processo da fragmentação da percepção de uma identidade una e sua compreensão no plural, como identidades. Tais aspectos nos remetem ao fato de que não se constroem identidades sem conflitos, das mais diferentes esferas.

Procuramos aqui encontrar subsídios para pensar esse descentramento da identidade, ou seja, o deslocamento da noção de uma identidade estática e a possibilidade de negociação entre as diferentes identidades. Para refletir sobre a questão, vamos percorrer a seguinte rota: a construção do outro, a identidade moderna e a fragmentação da identidade.

Para começar a pensar sobre identidade, fomos procurar o que havia sobre a palavra em um dicionário da língua portuguesa e encontramos que o vocábulo identidade deriva do latim escolástico *identitate* e significa

a qualidade do idêntico; o conjunto de características próprias e exclusivas de uma pessoa como nome, idade, estado, profissão; o reconhecimento de que um indivíduo morto ou vivo é o próprio; a carteira de identidade; a relação de igualdade válida para todas as variáveis envolvidas (BUARQUE DE HOLANDA FERREIRA, 1975, p. 738).

Chamou-nos a atenção a última definição, ou seja, "a relação de igualdade válida para todos os valores das variáveis envolvidas". E como seria possível essa relação de igualdade?

A identidade é um relato construído por meio de acontecimentos fundadores quase sempre referentes à apropriação de um território por um povo ou à independência obtida enfrentando estrangeiros. Pode-se supor, então, que a identidade é uma construção que se produz por meio das situações e das experiências que as moldam, nesta dissertação, compreendidas como "negociação".

Para pensar a identidade, é necessário considerar a construção do outro, como nos coloca Tucherman (1999), ao afirmar que toda a cultura define a si mesma, mas, sobretudo, elege o seu outro ou os seus outros. Ela se refere aos gregos para dissertar sobre o processo de invenção do outro, e indica que a Grécia se inventou partindo de uma grande cisão com o seu primeiro grande outro, o seu oriente. Para a autora, a experiência cristã deu continuidade a esse raciocínio dicotômico que tem com a Eternidade a base maior de suas relações.

Dessa forma, para os cristãos, afastar a figura do outro, simbolizado no mal, é necessário para manter a ordem do mundo na busca da repetição e da semelhança. Assim, os diferentes, os não semelhantes aos europeus deveriam ser dominados. Deus respondia a centralidade do homem, feito a imagem e semelhança do criador. Quando Copérnico anunciou a teoria heliocêntrica do universo, tirando a terra de sua posição central, deslocou também a situação do homem. Giordano Bruno foi além quando formulou a teoria da infinitude do universo e seu descentramento, pois fez surgir, no âmbito individual, uma nova experiência que introduz a idéia absolutamente nova do possível como resultado de um movimento presente no real (TUCHERMAN, 1999).

As concepções de identidade mudam numa estreita relação com o seu tempo, possuindo uma historicidade que pode ser relatada. Segundo Stuart Hall (2000), a época moderna fez surgir uma nova forma de individualismo, "no centro

da qual se erigiu uma nova concepção de sujeito individual e sua identidade" (p.27). Para Hall, isso significa que, nos tempos pré-modernos, a identidade era tanto vivida como conceitualizada de forma diferente. Antes da modernidade, o apoio à individualidade era estabelecido em tradições e estruturas estabilizadas no divino, tendo o homem como feito à imagem e semelhança de Deus.

O nascimento do indivíduo moderno representou uma ruptura com o passado e segundo Hall "foi o motor que colocou todo o sistema social da modernidade em movimento" (2000, p. 27). O sujeito moderno nasce da profunda dúvida gerada pelo deslocamento de Deus do centro do universo. O indivíduo era o sujeito da modernidade em dois sentidos: a origem ou sujeito da razão, do conhecimento e da prática e aquele que sofria as consequências dessas práticas, aquele que estava "sujeitado" a elas (p. 30).

Segundo Raymond Williams *apud* Hall (2000, p. 31):

a emergência de noções de individualidade no sentido moderno pode ser relacionada ao colapso da ordem social, econômica e religiosa medieval. No movimento geral contra o feudalismo houve uma nova ênfase na existência pessoal do homem, acima e além de seu lugar e de sua função numa rígida sociedade de hierarquias (...) o argumento começava com os indivíduos, que tinham uma existência primária e inicial. As leis e formas da sociedade eram delas derivadas: por submissão, como em Hobbes; por contrato ou consentimento ou pela nova versão da lei natural no pensamento liberal (...) na ética utilitária, indivíduos separados calculavam as consequências desta ou daquela ação que eles poderiam empreender.

A complexificação da sociedade fez com que emergisse uma concepção nova de sujeito. Segundo Hall (2000), dois importantes eventos contribuíram para articular um conjunto mais amplo de fundamentos conceituais para o sujeito moderno: a biologia evolucionista de Darwin e o surgimento das Ciências Sociais. Pelos conceitos de Darwin a mente passa a fundamentar-se no desenvolvimento físico do cérebro. Já com o desenvolvimento das ciências humanas, surgem opções para explicar o modo "como os indivíduos são formados subjetivamente através de sua participação em relações sociais mais amplas e, inversamente, do modo como os processos e as estruturas são sustentadas pelos papéis que os indivíduos neles desempenham" (HALL, 2000, p. 34).

Segundo Hall "essa internalização do exterior no sujeito e esta externalização do interior, através da ação no mundo social (...) constituem a descrição sociológica primária do sujeito moderno e estão compreendidas na

teoria da socialização" (2000, p. 34). Esse modelo sociológico interativo, com sua reciprocidade estável entre interior e exterior, é, em grande parte, um produto da primeira metade do século XX.

Assim, a identidade não deveria ser considerada como algo estável, pois, desde o iluminismo, o entendimento da noção de identidade movimentou-se, descentrou-se, resultando nas identidades abertas, contraditórias, inacabadas e fragmentadas do sujeito contemporâneo e de suas culturas que necessitam estar constantemente negociando as suas identidades.

2.2 Negociação e novas Identidades

... quale Città unico albergo ai giorni nostri di libertà, di giustizia, di pace, unico rifugio dei buoni e solo porto a cui, sbattute per ogni dove dalla tirannia e dalla guerra, possono riparare a salvezza le navi degli uomini che cercano di condurre tranquilla la vita: Città ricca d'oro ma più di nominanza, potente di forze ma più di virtù, sopra saldi marmi fondata ma sopra più solide basi di civile concordia ferma ed immobile e, meglio che dal mare ond'è cinta, dalla prudente sapienza dè figli suoi munita e fatta sicura. (PETRARCA)⁷

Os Imigrantes oriundos do nordeste da península itálica, apesar de chamados de italianos, não se consideravam assim quando ocorreu a grande imigração do final do século XIX. A unificação que ocorreu em 1870 não foi suficiente para fazer o italiano e, na ocasião, Cavour afirmou no seu discurso *"Abbiamo fatto l'Italia adesso dobbiamo fare l'italiano"*⁸.

A Sereníssima República de Veneza era um Estado cujas fronteiras iam muito além daquelas estabelecidas pelo Império Romano (*Regio X Venetia et Histria*). Compreendendo parte da Lombardia, Trentino-Alto Adige, Friuli-Venezia-Giulia, Ístria (Eslovenia e Croacia), Dalmácia, Albânia, Montenegro, Grécia, territórios que foram sendo dominados através dos séculos o que oportunizou a miscigenação do povo vêneta ao longo dos séculos e também a negociação de sua identidade por mais e mil anos.

⁷ Fragmento de uma carta enviada a um amigo de Bolonha em agosto de 1321 descrevendo a Sereníssima República de Veneza conforme ZORZI, 2001.

⁸ "Fizemos a Itália agora devemos fazer o italiano". Tradução livre.

A República de Veneza nasce no século IX partindo dos territórios bizantinos da *Venetia* Marítima, dependente do Esarcado de Ravenna. Em 697, é eleito o primeiro Doge chamado Paoluccio Anafesto e, em 12 de abril de 1797, Napoleão Bonaparte invade a Sereníssima e depõe o Doge Ludovico Manin, terminando assim uma saga de mais de mil anos de glória. Veneza então é cedida ao império Austro Húngaro em troca da Bélgica (ZORZI, 2001).

O poder econômico de Veneza nasceu de sua potente frota naval e situação geopolítica privilegiada e também pelo papel que desempenhava de intermediário entre o Oriente e o Ocidente, e o porto de Veneza era escala obrigatória para tal atividade.

A imensa fortuna arrecadada deu-se por meio do comércio marítimo e terrestre com todo o mundo mediterrâneo então conhecido. Veneza comercializava as especiarias, o luxo, as sedas, ouro, pedras preciosas, produtos exóticos trazidos do Oriente próximo e longínquo para a Europa, tornando-se a mais potente das quatro Repúblicas Marítimas da península itálica, (Amalfi, Pisa, Gênova e Veneza) que tinham o domínio comercial das rotas do mar Mediterrâneo.

No início do século XIII, durante a Quarta Cruzada (1202-1204), Veneza conquistou o direito de posse das ilhas e das localidades marítimas comercialmente mais importantes do Império Bizantino. A conquista de importantes portos como de Corfú em 1207 e de Creta em 1209, garantiu a Serenisima um comércio que se estendia ao Oriente, alcançava a Síria e o Egito e atravessava o mar negro, pontos terminais do fluxo mercantil. Ao fim do século XIV, Veneza era a principal potência mercantil do Mediterrâneo e um dos estados mais ricos da Europa dominando o comércio no Mediterrâneo e dos países europeus com o Oriente (BERENGO, 1986).

O grande envolvimento comercial com o mediterrâneo e as boas relações com o mundo muçulmano, oportunizaram à Veneza um cosmopolitismo inédito na modernidade, era a identidade veneziana sendo negociada pela atividade mercantil.

Veneza era, pelo seu poderio econômico, um ponto de convergência de grandes negócios, mas também de turistas da Europa e países do mediterrâneo. Vida social e cultural intensa, grande produção de espetáculos musicais e

teatrais, pintura, suntuosa arquitetura, casinos e famosos festivais traziam muitos estrangeiros.

As viagens faziam do veneziano um articulador da negociação de identidades, para imprimir o seu mercantilismo e conquistar novos mercados nos países pelos quais circulavam, precisaram usar da arte da sedução e nisso foram mestres.

Podemos imaginar, no século XIV, uma sociedade multiétnica qual poderíamos encontrar um bairro (ghetto) Judeu organizado? Ao contrário de muitos países da Europa, Veneza tolerava a presença de judeus e transformou-os em parte vital na economia da Sereníssima. Desempenhavam atividades como comerciantes, banqueiros, alfaiates, médicos, ourives dentre outras e que assim poderiam operar entre os hostis mundos cristão e muçulmano.

O imigrante que se estabeleceu na Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul era herdeiro de hábitos, valores, compreensões de mundo herdados da Sereníssima República de Veneza, já empobrecida depois da invasão de Napoleão Bonaparte. Porém, a capacidade de negociar, adquirida em mais de mil anos, foi incorporada aos hábitos cotidianos desses indivíduos, que em novas terras e contextos a utilizaram para negociar a sua identidade.

Segundo Tamaso, a questão da identidade

remete a uma afirmação não apenas étnica, mas principalmente indiciária com o lugar. Para analisarmos um determinado signo, há que se fazer uma análise das práticas que constituíram e de suas representações para os diversos sujeitos históricos (2008, p.7).

Compreender um processo identitário, portanto, pressupõe pensar em algo que foi construído por sujeitos históricos e que os representa perante os “seus” e os “outros”. Tal qual na análise sobre a cultura, o caráter dinâmico da identidade vem da relação direta que se estabelece com os indivíduos em suas sociedades, ou seja, na interação estabelecida entre os homens, o espaço físico e o espaço social. Logo, “para entendermos a identidade temos que nos aventurar no estudo da história, das tradições e das representações nas quais tais signos foram construídos” (TAMASO, 2008 p.7).

A análise sobre a construção do patrimônio religioso pode ser apresentada com base em dois argumentos: o primeiro diz respeito ao patrimônio material, mais especificamente ao patrimônio edificado que proporciona espaços

socialmente praticados vivenciados por grupos étnicos específicos. O segundo no estudo do patrimônio imaterial, ou seja, as escolhas dos padroeiros e as manifestações populares em torno desses espaços.

Segundo Pelegrini e Funari (2008), o uso do termo material junto com o termo cultura, que se refere ao humano, resultou no conceito de cultura material como totalidade do mundo físico, apropriado pelas sociedades humanas; portanto, estão incluídos não apenas o que o ser humano produz, nas formas de artefatos, mas tudo o que ele transforma no decorrer do tempo. Já a cultura imaterial, segundo os pesquisadores, refere-se ao conceito de intangibilidade. Os especialistas citam como exemplo a dança popular que, enquanto conjunto de uma representação, não pode ser dividida em partes tangíveis, mas compreendida no conjunto.

2.3 Tornando-se ítalo-brasileiro por meio da religiosidade

A necessidade de encontrar uma forma de inserir-se no contexto local foi um ponto crucial na negociação da identidade do imigrante italiano. A municipalidade local não estava dando a atenção esperada. Faltava tudo, comida, assistência médica, assistência espiritual, os núcleos familiares estavam se sentindo vulneráveis, sem privacidade dividindo o mesmo espaço no “baracon”, sem nenhum conforto e os lotes prometidos demoravam a ser entregues. Estavam esgotados e muito debilitados pela longa travessia e pelas perdas ao longo da viagem. A religiosidade dos imigrantes, embasada na profunda fé na doutrina de Cristo foi o suporte para enfrentar os dias difíceis, mas era dificultada pela falta de sacerdotes para presidir as cerimônias religiosas, festas e ritos católicos.

A hipótese desta dissertação é que o elo de negociação da identidade do imigrante italiano em seu novo contexto foi a religião. Afirmação que encontra ancoragem em estudos sobre a italianidade e a cultura dos imigrantes italianos, especialmente os que se localizaram no Rio Grande do Sul, como os levados a efeito por MARIN (1999, 2007), MAGRO (1987), (ZANINI, 2006), RUBERT (1882) VÊSCIO (2001).

Segundo Zanini,

a religião na fase inicial do processo colonizador desempenhou o papel de agente normalizador e aglutinador das comunidades, uma vez que era nos eventos religiosos que a comunidade se encontrava, os jovens se conheciam e as notícias eram compartilhadas (2006, p. 139).

Os imigrantes encontraram no Brasil, especialmente no Rio Grande do Sul e na região central do estado, o catolicismo já implantado, embora com práticas diversas das suas. A Igreja do Rio Grande do Sul via os imigrantes como mantenedores da família cristã e seus valores, pois ao mesmo tempo em que os emigrados buscavam se adaptar às dificuldades em terras estrangeiras eram elaboradas representações sobre eles de fora para dentro das comunidades, em especial advindas de religiosos e maçons (ZANINI, 2006).

Podemos distinguir claramente pelo menos dois ângulos de análise ou dois caminhos em relação à religiosidade do imigrante italiano da região central do Rio Grande do sul:

a) a primeira ligava a religião e política, no qual estavam juntos a Igreja e os poderes políticos e que pretendia tornar os imigrantes cidadãos brasileiros;

b) a segunda era a religiosidade vivida pelos próprios imigrantes em suas comunidades e entre seus diferentes grupos étnicos, que serviu para negociação entre eles e entre os grupos já estabelecidos na região central do Estado.

A observação desses dois traçados no presente trabalho não presume a escolha de um ou de outro, mas a sua coexistência, o seu entrelaçamento, como fatos relacionados e que se deram de forma concomitante.

A primeira perspectiva, que relaciona as atividades da Igreja Católica já estabelecida às atividades políticas, é bem descrita por Jerry Roberto Marin,

a Igreja Católica enquadrava os indivíduos na ação do Estado e disciplinava o comportamento político dos imigrantes, ou seja, intervinha na vida política das comunidades em que atuavam e empenhava-se em integrá-los à nacionalidade brasileira. Ou seja, transformá-los em brasileiros, ordeiros e obedientes às autoridades e às leis da nova pátria. Para a Igreja, todo o poder na sociedade provinha de Deus, por isso todos deveriam prestar obediência às autoridades, pois teriam sido instituídas por ordenação divina. Os indivíduos que resistiam às autoridades resistiam às ordenações de Deus. O abandono da ética cristã como princípio ordenador da sociedade e legitimador do poder civil seria a causa da ruína dos indivíduos, da sociedade, do Estado e a origem das revoluções e das desarmonias sociais. Enfim, sem obediência não haveria família, sociedade e Estado. O controle político da Igreja podia ser observado nas campanhas pelo respeito ao Papa, às leis e autoridades, pelo cumprimento dos deveres dos cidadãos para

com a Nação (serviço militar, voto obrigatório), no controle do eleitorado e no nacionalismo que difundiam (MARIN 2007, p.11).

Conforme Marin, nos princípios da hierarquia eclesiástica o clero deveria orientar, condenar ou aprovar atitudes, pois os interesses da Igreja e da Nação assim o exigiam. Por isso,

era freqüente aconselharem os eleitores a votar em determinados candidatos; redigiam e distribuíam cédulas e panfletos em italiano, alemão e português. O prestígio dos padres junto ao eleitorado era reconhecido e disputado. Os padres podiam provocar o retraimento do eleitorado ou conquistar votações unânimes para determinados candidatos. Muitos católicos aconselhavam-se no confessionário para decidir em quem iriam votar nas eleições ou seguiam os conselhos que o padre dava nos sermões (MARIN 2007, p. 11).

Um exemplo dessa ação política da Igreja pode ser visualizado no Monsenhor Humberto Busato, em Núcleo Norte, atual Ivorá, que “exercia forte influência política (eleitoral) sobre os paroquianos. Seu aval era disputado pelos candidatos a cargos políticos. Os mais destacados políticos estaduais da época visitavam Ivorá atendendo convite do Monsenhor” (RUBERT, 1882, p. 62).

O discurso católico, ao instituir uma identidade para os imigrantes e descendentes, procurava atribuir-lhe uma essência na qual todos deveriam reconhecer-se. O catolicismo era a religião dos antepassados, o melhor legado às novas gerações, elemento mantenedor da ordem, do progresso, porque disciplinava e moralizava o homem e a sociedade. O Brasil, como nação católica, deveria respeitar e defender as prerrogativas da Igreja Católica. Desse modo, criava-se uma identificação entre brasilidade e catolicidade. O sujeito católico e a identidade nacional eram chamados a existir pelo discurso. E, ao mesmo tempo, ocorria o estabelecimento de práticas divisoras entre os católicos e os não católicos, dividindo e classificando os sujeitos. As religiões concorrentes eram vistas como inimigas e subversoras da ordem social, ameaça à segurança nacional e ao lugar de destaque que a Igreja Católica reivindicava na sociedade. Para a Igreja, opor-se aos ensinamentos e às reivindicações católicas equivalia a transgredir, a negar o caráter nacional e constituía-se numa ameaça à ordem social. Nessa perspectiva, a Igreja negava a representação de uma identidade nacional que valorizasse as diferenças culturais existentes no Brasil. Procurava, sobretudo, estabelecer e valorizar elementos comuns, relevantes para a definição da Nação. Assim, nacionalismo e catolicismo uniam-se no discurso da hierarquia católica na construção da história do Brasil (MARIN 2007, p.15).

A hierarquia católica reconhecia o caráter heterogêneo da cultura brasileira e diante dessa realidade defendia sua padronização cultural como condição para constituir uma sociedade civilizada, pois, como interpreta Marin,

a Igreja atribuía a si o papel missionário, salvador, civilizador e libertário. Esse ideal civilizatório estendia-se a toda a população. O Rio Grande do Sul, para a Igreja, tinha de ser evangelizado, convertido e salvo, e os imigrantes e descendentes, pela catolicidade, tinham o dever patriótico de auxiliar a instituição nessa missão. Além de associar catolicidade e brasilidade, difundia-se uma imagem distintiva do ser sul-rio-grandense como religioso, moralizado, cômico dos seus deveres para com a pátria e a Igreja Católica. Procurava-se, dessa forma, arregimentar e mobilizar os católicos e dispô-los, como soldados, a serviço da Igreja (2007, p. 16).

Ainda segundo esse mesmo autor, algumas características de Silveira Martins distanciavam-na de uma possível ação homogênea da Igreja e a presença de grupos étnicos isolados era um desses,

a ex-colônia Silveira Martins distanciava-se, por vários fatores, do modelo idealizado de uma comunidade nacional. A presença de comunidades étnicas isoladas era considerada preocupante pela Igreja, que se empenhava em integrá-las à vida política e à cultura nacional. Tratava-se de construir um conjunto de valores sociais e políticos, com vistas a mobilizar o imaginário social e criar sentimentos de pertença coletiva ao Brasil. Isso consistia em forjar, nos elementos díspares, aspectos comuns que possibilitassem agregar e constituir uma comunidade nacional, ou seja, transformar a população estrangeira em brasileiros. Cada indivíduo deveria reconhecer a si e seus compatriotas como uma coletividade, pertencendo à nacionalidade brasileira, a qual excluía aqueles que dela não participassem (MARIN 2007, p.16).

A segunda perspectiva adotada neste trabalho é pensar que, paralela ou concomitantemente a essa tentativa da “igreja oficial”, existia a negociação da identidade dos imigrantes pela introdução de seus patronos e devoções, pelas práticas religiosas que eles faziam os padres atender, como benzer animais e bens da família.

Consideramos que essas práticas religiosas cotidianas são tão importantes quanto as primeiras na negociação da identidade já que a atuação da Igreja Católica já estabelecida representava as estratégias do poder já instituído para tornar brasileiros os imigrantes, mas o cotidiano trazia devoções e práticas religiosas de suas regiões de origem e no espaço das capelas, oratórios, lares e festas aos padroeiros, foi sendo negociada uma devoção pragmática que perguntava: Este santo serve para o que? Em que vai me ajudar? É um santo forte?

Essas constatações e a proposta, aqui apresentada, de que existe e existiu uma negociação da identidade religiosa em um nível cotidiano, encontram ancoragem na obra de Michel de Certeau, que entende o espaço como “um lugar

praticado”, “um cruzamento de forças motrizes”, ou seja, um lugar que é produto das relações humanas, que foi tecido por relações sociais dadas no plano do vivido (1994, p. 57).

Para De Certeau (1994), quando analisamos as práticas sociais de ‘*um outro*’, devemos compreendê-las em seu contexto, construído em meio a valores e princípios morais próprios a ele, e que, portanto, não devem ser desprezados. Assim, os valores, signos e representações da comunidade local foram observados durante os quarenta filós que promovemos durante nossa atuação como Secretário de Turismo e Cultura de Silveira Martins e que ocorreram nas diversas linhas, nos salões paroquiais das capelas nelas construídas, e, analisados inseridos num contexto próprio e singular.

Ainda sob a ótica de De Certeau (1994), podemos pensar que os imigrantes desenvolveram táticas para fugir às estratégias de dominação impostas pelos grupos dominantes que, no caso da religião católica, tinham como estratégia torna-los brasileiros ou integrá-los ao novo país.

As táticas de negociação de identidade dos imigrantes italianos da região de Silveira Martins constituíram em buscar construir espaços próprios de sociabilidade que os representassem perante os *seus* e os *outros*. Espaços construídos mediante negociações e conflitos, lutas e resistências; espaços que funcionam como lugares de práticas, identidades e representações, onde as relações humanas encontram-se diretamente atreladas às relações de poder, nos quais foi negociada a identidade por meio da religiosidade: entre os imigrantes e as devoções próprias das diferentes etnias; por meio da escolha dos Santos Patronos e Madonnas de cada linha de assentamento e das vivências cotidianas das práticas religiosas.

CAPÍTULO 3 - AS ETNIAS ITALIANAS E A RELIGIOSIDADE NA QUARTA COLÔNIA IMPERIAL DE SILVEIRA MARTINS E REGIÃO CENTRAL DO RIO GRANDE DO SUL

O objetivo deste capítulo é discutir a influência das etnias italianas à religiosidade da Quarta Colônia de Imigração Italiana, particularmente no atual município de Silveira Martins, Rio Grande do Sul. Com esse intento o capítulo está subdividido em três partes: a primeira aborda as noções de grupo étnico, raça e nação; a segunda, a negociação da identidade do imigrante pelos grupos étnicos italianos; e a terceira aborda o papel da devoção religiosa na negociação da identidade do imigrante destacando o contexto da Igreja Católica no Brasil e no Rio Grande do Sul do século XIX; da Igreja Católica na região central do estado no final do século XIX; e da Igreja Católica nos primeiros anos da imigração italiana na colônia de Silveira Martins.

3.1 Em torno das noções de grupo étnico, raça e nação

Fenton procura diferenciar as noções de grupo étnico (etnia), raça e nação. “Etnia tem um significado próximo ao de nação, mas carece do sentido de entidade auto governativa, se um grupo étnico quiser governar a si próprio precisa se auto reconhecer com uma nação”. (2003, p. 70)

Segundo Fenton (2003, p. 25) “grupo étnico, raça e nação são três conceitos que partilham de um mesmo núcleo – ou “essência” – com algumas diferenças marcantes e importantes na periferia”. A idéia de descendência ou ancestralidade é o núcleo comum e implicada nos três conceitos encontramos a noção de cultura. Para o autor, existem referências partilhadas nas noções de étnico, raça e nação, pois raça e nação partilham uma origem comum e étnico refere-se tanto à raça quanto à nação.

Tanto sob o ponto de vista etimológico como histórico, as utilizações dos termos, “étnico”, “nação” e “raça” sugerem que os três possuem uma base em comum. Em seus usos passados e presentes estão idéias de descendência comum, de crença comum em uma descendência partilhada e sua referência a

um local, país, reino ou outra forma de Estado. “Estreitamente associadas ou implicadas nestes termos – e especialmente em *ethnos* e étnico – estão as noções de carácter cultural, língua, e de diferença e exclusão.” (FENTON, 2003, p,31-32).

Fenton alerta para o fato de que cultura e etnicidade não são a mesma coisa, pois as culturas são simultaneamente mais amplas e mais restritas do que, por exemplo, as nações, já que as nações podem ser divididas e diferenciadas por classe e culturas regionais e diferenças de língua e religião.

Raça refere-se a comunidades de descendência e cultura com dois aditamentos específicos: 1) A idéia de que os grupos locais são casos de divisões do gênero humano abstractamente concebidas; 2) A idéia de que a raça faz referência específica à diferença física ou visível com marcador principal da diferença e desigualdade.

Nação refere-se a comunidades de descendência e cultura com um aditamento específico: a assunção de que as nações estão ou devem estar associadas a um Estado ou forma política equivalente.

Grupo étnico refere-se a comunidades de descendência e cultura com três aditamentos específicos: 1) O grupo é uma espécie de subconjunto no quadro de um Estado-nação; 2) O ponto de referência da diferença é tipicamente a cultura e não aparência física; frequentemente o grupo referido é ‘outro’ (estrangeiro, exótico, minoria) que não uma maioria presumida como não ‘étnica’ (FENTON, 2003, p. 36).

A idéia central dos três termos é a ancestralidade ou descendência comum, além disso, os termos possuem individualmente significados peculiares, como por exemplo, a palavra raça tem uma forte associação com a diferença biológica.

No início do século XX, a noção de raça estava largamente difundida e a idéia de que a população mundial poderia ser classificada em raças era um pensamento aceito, como resultado das ideologias racistas do século XIX, utilizadas pelos intelectuais, governos, instituições na justificativa da expressão e dominação neocolonialista na África e Ásia. As primeiras críticas ao uso do conceito de raça foram feitas especialmente por parte do sociólogo francês Émile Durkheim e pelo antropólogo alemão Franz Boas, que procuraram substituir as explicações “raciais” por sociais e culturais, até que finalmente Huxley e Haddon propuseram formalmente a abolição do termo raça (FENTON, 2003).

Segundo Fenton, as dificuldades neste debate são acentuadas por duas questões primordiais: a questão de se os grupos são reais (ou socialmente construídos) e a questão de se as ligações do grupo são afetivas (orientadas pelo sentimento) ou instrumentais (2003, p. 94).

Oro (1996) refere-se ao grande debate que opõe as duas principais visões acerca da identidade étnica: “primordialista” e “situacionista”.

Para a ótica primordialista “a identidade étnica constitui uma realidade inata, congênita, substancial, primordial, pois parte da definição de grupo étnico enquanto uma unidade cultural caracterizada por um certo número de traços objetivos, que são de ordem biológica, territorial, lingüística, econômica, cultural. (...) Para segunda perspectiva, a situacionista, a identidade étnica se caracteriza por um sentimento de pertencimento grupal baseado na auto-atribuição e atribuição pelos outros (ORO, 1996, p. 612).

Barth, um dos representantes da perspectiva situacionista, define grupo étnico como “formas de organização social em população cujos membros se identificam e são identificados como tais pelos outros” (1976, p. 11).

Nessa perspectiva, a etnia é constantemente reconstruída, ou seja, como observou Levi-Strauss “a identidade se reduz menos a postulá-la ou afirmá-la e mais a refazê-la, reconstruí-la” (1977, p. 31).

Segundo Oliveira (1976), a análise, sob a ótica situacionista, não recai nas características culturais do grupo, mas no sistema interétnico, ou seja, no campo das relações entre os grupos sociais, que compõe o contexto gerador da identidade étnica enquanto identidade contrastiva.

A equiparação de “grupo étnico” à diferença cultural precisaria ser revista e poderia parecer senso comum dizer que os grupos étnicos são os “envelopes” que contêm a diferença cultural, porém a ênfase nas “fronteiras” do grupo e não no conteúdo “cultural” inverte esse argumento, já que a idéia de diferença cultural tenderia para uma idéia classificatória dos grupos étnicos (FENTON, 2003). O objeto de estudo do presente trabalho, por exemplo, trata de grupos étnicos que acreditavam em Deus e praticavam a religião católica apostólica romana, e esse fato seria parte do aporte cultural desses grupos e, ao mesmo tempo, o fator que permitiu a negociação da identidade regional com os grupos étnicos já radicados no território.

O conceito de fronteira de grupo indica um sentido relacional, ou seja, como um grupo se define e como define o outro e, ainda, como é traçada a fronteira entre eles. Sob esse ponto de vista um elemento cultural, como a língua, o traje, ou a religião poderia funcionar como um marcador de fronteira e também como elemento de negociação.

Conforme já postulamos anteriormente, retomamos Bourdieu, repetindo que a atualização da história é derivada do *habitus*, o que nos faz entender as condições sociais de produção dos atores bem como as condições institucionais, ou seja, a história objetivada e a incorporada. Os hábitos enraizados em práticas sociais são referidos por Bourdieu quando afirma que,

qualquer ação histórica põe em presença dois estados da história ou do social: a história no seu estado objetivado, quer dizer a história que se acumulou ao longo do tempo nas coisas, máquinas, edifícios, monumentos, livros, teorias, costumes, direito, etc., e a história no seu estado incorporado, que e tornou *habitus*” (1998, p. 100).

Acreditamos que a repetição e incorporação de atos no cotidiano, a qual Bourdieu denomina *habitus* pode ser relacionada à noção de etnicidade. Segundo Zanini,

a etnicidade, enquanto uma forma de relação com o mundo e com as pessoas , produz categorias sociais pelas quais os descendentes orientam condutas, fazem opções, estabelecem vínculos sociais e afetivos, bem como constroem sua auto-imagem (2006, p.238).

A persistência da etnicidade é um fenômeno recentemente reconhecido. O que não constitui uma falha das culturas antigas em mudar, mas a sua continuação em novas formas e novos contextos (FENTON, 2003). Essa continuidade está ligada a um processo permanente de negociação entre os que chegam e os que já habitam um determinado território, inseridas em um contexto social, como procuraremos demonstrar a seguir.

Desta forma, no plano do indivíduo, a identidade étnica se define simultaneamente pelo que é subjetivamente reivindicado e pelo que socialmente atribuído (POUTIGNAT e STREIFF-FENART, 1998, p. 149).

3.2 A Negociação da identidade do imigrante da Região Central do Rio Grande do Sul pelos grupos étnicos da Quarta Colônia Imperial de Imigração

A negociação da identidade do imigrante da região central do Rio Grande do Sul traz em seu bojo a questão da etnicidade. Apesar de termos uma percepção da identidade do imigrante como um bloco monolítico, essa identidade

é multifacetada e formada por traços dos diferentes grupos étnicos que vieram da península itálica.

Uma visão etimológica dos termos grupo étnico, raça e nação, demonstrada por Fenton (2003), auxilia no esclarecimento de que há uma essência considerável de significado partilhado e que esse se refere à idéia de “povo”, de origens comuns e aos conceitos de descendência e ancestralidade. Ele argumenta que a etnicidade é sempre relacional e, dessa forma, ela pode também significar aquelas pessoas com suas “origens” e “ancestralidade”.

Para Fenton as etnicidades são tanto “fundadas” quanto “construídas”, pois “as identidades étnicas tomam forma em torno da experiência material partilhada real, do espaço social partilhado, das “comunalidades” da socialização e das comunidades de língua e cultura” (2003, p.23). Simultaneamente, essas identidades possuem uma presença pública, pois elas são socialmente definidas numa série de declarações públicas, afirmações e imagens, tanto por membros de grupos étnicos quanto por não membros e essas definições sociais fazem parte de uma construção e reconstrução contínua das identidades étnicas.

Segundo Lesser, a etnicidade “foi de importância crítica para a negociação da identidade nacional brasileira nos últimos 150 anos” (2001, p. 18). Ele defende que essa negociação se deu em todos os níveis da sociedade e que o sentimento de serem diferentes e, mesmo assim, semelhantes era predominante entre os imigrantes.

A migração e a definição dos trabalhadores migrantes e respectivas famílias como “étnicos” é considerado por Fenton um tópico importante para o estudo da etnicidade. “Muitas das populações identificadas como ‘étnicas’ no mundo contemporâneo são identificadas como tal porque são vistas por uma população indígena como imigrantes quer sua migração seja recente quer seja bastante distante” (2003, p. 152).

As principais etnias que vieram para a Quarta Colônia Imperial de Silveira Martins são os Vênetos, oriundos da antiga República de Veneza, que dominou uma extensa região da península itálica, tendo durado mais de mil anos. Os Friulanos, provenientes da atual região do Friuli-Venezia-Giulia. Os Trentinos, oriundos da região do Trentino-Alto Adige, uma região que possui uma diversidade cultural muito grande, pois foi palco de várias disputas entre Áustria e

Itália. Os Lombardos provenientes da Lombardia, especialmente das cidades de Mantova e Bergamo, daí serem reconhecidos aqui como mantuanos, e os Emilianos, a etnia menos numerosa, que provém de Emilia-Romagna. Todas essas etnias provém de regiões com influência veneta e falavam dialeto semelhante ao falado pelos venezianos.

3.3 O Papel da devoção religiosa na Negociação da identidade do Imigrantes Italianos

A hipótese considerada nessa dissertação é de que a negociação da identidade dos grupos étnicos italianos em Silveira Martins deu-se por meio da devoção religiosa e pode ser evidenciada mediante o patrimônio histórico (igrejas, capelas, capitéis, iconografia), dos movimentos religiosos e da introdução de devoções, ou seja, a religião traduzia o universo simbólico das diversidades étnicas e culturais italianas, num processo de hegemonização, como se fossem coesas, porém circunstancialmente coesas, contudo heterogêneas. Dessa forma, este item disserta sobre o contexto da Igreja Católica no Brasil e no Rio Grande do Sul no Século XIX; a Igreja Católica na Região Central do Rio Grande do Sul no final do Século XIX; e a Igreja Católica nos primeiros anos de imigração italiana na Colônia de Silveira Martins.

A Igreja Católica no Brasil organizou-se partindo do direito do Padroado que fora concedido pelo Papa ao rei português com o objetivo de organizar a Igreja no novo mundo e graças a ele a expansão do catolicismo foi financiado. O rei era grão-mestre de três ordens militares e religiosas de Portugal: a Ordem de Cristo considerada a mais importante e herdeira dos Templários, a de São Tiago da Espada e a de São Bento. Havia ainda outra forma do estado português controlar a Igreja que era por meio da Mesa da Consciência e Ordens e do Conselho Ultramarino⁹. Entretanto, o Padroado Régio ainda foi o mais importante, pois com sua predominância dava pouco espaço à Cúria Romana, restringindo assim o poder da igreja, especialmente o do Concílio de Trento que somente foi

⁹ Mesa da Consciência e Ordens, que procedia às nomeações eclesiásticas e Conselho Ultramarino, dava pareceres em questões de direito colonial.

introduzido no Brasil com a Romanização ou ultramontanismo¹⁰, no final do século XIX (ABREU, 1999).

No Brasil, havia somente uma diocese, a de Salvador na Bahia, que foi fundada em 1551 e perdurou única até o final de 1676, quando foram criadas mais três dioceses: Pernambuco, Rio de Janeiro e São Luis do Maranhão. Na primeira metade do século XVIII, foram fundadas mais três: Pará, Mariana e São Paulo. Em razão da coroa portuguesa somente interessar-se na função episcopal e sacerdotal à medida que essas estavam a seu serviço, as dioceses e paróquias ficaram vacantes por grandes períodos de tempo e as visitas pastorais recomendadas pelo Concílio de Trento praticamente não se realizavam por causa das grandes distâncias e das dificuldades das viagens, que eram feitas em lombo de cavalo ou em redes carregados pelos escravos, de modo que a vivência católica foi afetada pela estrutura eclesiástica. A igreja praticamente atendia somente o que chamamos de sacramentos obrigatórios como batismo, casamento, confissão anual no tempo pascal, crisma e missa de defuntos. Os sacramentos eram considerados obrigatórios e aplicados à população em geral.

O clero secular era dividido em alto clero que compreendia os bispos e outros dignatários que eram pagos pelo Padroado Régio, e o baixo clero, formado pelos párocos e capelães, que viviam próximos ao povo, e com ele compartilhavam suas privações.

Em consequência da parca literatura relacionada à vida do clero secular no Brasil nos três primeiros séculos, ainda existem lacunas no que se refere ao celibato e ao seu envolvimento na política partidária, nas lutas do povo e situação financeira. É preciso ressaltar a importância que a instituição eclesiástica teve na formação do Brasil colonial no que diz respeito ao quadro organizatório presente nos aldeamentos ou missões, aldeias e reduções e que não se limitou somente aos Sete Povos das Missões na América Espanhola, mas também na Amazônia, e numerosas áreas do litoral e interior, e considerada por alguns autores como a experiência mais válida que partiu da igreja até hoje.

¹⁰ Ultramontanismo ou romanização, sinônimos. “movimento reformador das práticas católicas do século XIX (...) que buscava retomar as determinações do Concílio de Trento, sacralizar os locais de culto, moralizar o clero, reforçar a estrutura hierárquica da Igreja e diminuir o poder dos leigos organizados em irmandades”. Cf. ABREU, Martha. *O império do Divino. Festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 312.

O patrimônio da igreja católica se manifestava por meio das ordens religiosas em seus magníficos templos, mosteiros e conventos e no luxo das igrejas barrocas suntuosamente decoradas em ouro, fazia parte também desse patrimônio um número impressionante de escravos. O chamado patrimônio dos santos ocupava espaço importante nas vilas, pois constituía o centro dos povoados onde tudo se desenvolvia em seu entorno.

A Igreja Católica estabeleceu-se no atual Rio Grande do Sul, quando chegaram os Jesuítas espanhóis vindos do Paraguai para fundarem as Missões, compreendidas em duas fases: a primeira das Reduções do Tape, no começo do século XVII, e, a segunda dos Sete Povos das Missões, a partir de 1682 com a fundação de São Borja e concluindo-se em 1707, com a fundação de Santo Ângelo. Ambas tinham a finalidade de cristianizar os povos indígenas.

Ao longo do século XVIII, diversos luso-brasileiros protagonizaram a incorporação do atual território sul-riograndense aos domínios da América Portuguesa. Esses conquistadores construíram a Capitania Geral de Rio Grande, ligada ao Bispado do Rio de Janeiro, o qual enviava os padres para os povoados de Viamão, Rio Grande, Santo Antonio da Patrulha, Nossa Senhora Madre Mãe de Deus de Porto Alegre e Rio Pardo para que procedessem e cuidassem dos católicos da Capitania. Dessa maneira, os sul-riograndenses desde o século XVIII até meados do século XIX não eram atendidos por um bispo próprio, já que a Igreja Católica da Capitania e, posteriormente, Província de São Pedro, não era assistida por um sacerdote próprio. Somente em 1852, é que foi criado o primeiro Bispado do Rio Grande de São Pedro, com a nomeação do Bispo Dom Feliciano.

A Igreja Católica no Rio Grande do Sul, como em todo o império, era reduzida a um insignificante número de paróquias, igrejas, padres, carente de paramentos e a uma evidente falta de recursos, fato que preocupava os membros da hierarquia eclesiástica.

Em maio 1847, o Senado do Império aprovou a criação do Bispado da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul sendo assim encaminhado à Roma um pedido de criação e instalação da nova diocese, que se deu em 7 de maio de 1848 pela Bula *Ad Oves Dominicas rite Pascendas*, do Beato Pio IX. O primeiro Bispo do Rio Grande do Sul foi Dom Feliciano José Rodrigues de Araújo Prates,

nomeado pelo Beato Pio IX em 26 de setembro de 1852 para assumir a Diocese criada em 1848, com nome de São Pedro do Rio Grande do Sul.

Dom Feliciano foi sucedido pelo Bispo D. Sebastião Laranjeiras (1820-1888), o qual se queixava que os padres que eram formados dentro da filosofia do catolicismo liberal, viviam entregues aos prazeres materiais e terrenos, e o povo católico deveria manter-se distante de doutrinas liberais, maçônicas, racionalistas, materialistas, protestantes e comunistas. As ordens vindas da Cúria Romana eram claras e combatiam toda e qualquer doutrina de caráter liberal e quaisquer coisas com tal proveniência, consideradas erradas e perigosas para a Igreja, e que naturalmente enfraqueciam a doutrina estabelecida pelo Concílio de Trento e a hierarquia Papal, contrariando o modelo ultramontano que a igreja tentava implantar.

O processo histórico de Santa Maria está vinculado e esses acontecimentos. Teve a sua origem em um acampamento militar nos limites estabelecidos pelo tratado de Santo Ildefonso, na região denominada de depressão central, passagem natural entre a área de domínio português e a região das missões recém-conquistada da Espanha. Em 1814, ainda sobre a circunscrição de Cachoeira do Sul, recebe o estatuto de Capela Curada. Em 1837, passa a ser denominada Freguesia de Santa Maria da Boca do Monte e, logo a seguir, Paróquia de Nossa Senhora da Conceição. Em 1857, passa à condição de vila e, em 1858, município.

A distância do bispado de Porto Alegre e os poucos recursos da igreja para a manutenção dos templos contribuíram para que, em 1884, a Câmara Municipal de Vereadores declarassem a interdição e demolição do templo católico que oferecia perigo a seus fiéis, e, logo a seguir, é providenciada a construção de outra capela denominada Capela do Império do Divino Espírito Santo que naturalmente não agrada ao Padre Vigário José Marcelino de Souza Bittencourt. Foi um período de grandes conflitos, pois havia na cidade três lojas maçônicas, uma efervescência do partido liberal e ascensão da igreja luterana trazida pelos imigrantes alemães o que ameaçava a hegemonia da igreja católica. A igreja avaliava a situação como negativa, pois era pouco frequentada, quase não se praticava os sacramentos e não havia missa diária. Os problemas eram tantos que a paróquia foi interditada por três meses pelo bispo, de 17 de novembro de

1895 a 3 de março de 1896. É com esse sentimento de derrota e precariedade que a igreja mergulha no período republicano, momento em que ocorreu o rompimento entre a Igreja e o Estado. Santa Maria, nesse contexto, foi o palco para a implantação do ultramontanismo e os Padres Palotinos são os convidados para iniciar sua “guerra santa”.

Os imigrantes italianos chegaram à região a partir de 1876 ocupando as terras da colônia criada oficialmente pelo decreto imperial de Dom Pedro II em 1875, denominada Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul, sendo que no ano de 1878, chegaram massivamente. O local chamado *Baracon* e denominado por eles de Val de Buia foi o palco onde os recém-chegados “*italianos*” começaram a atuar em terras brasileiras.

No grupo dos recém-emigrados havia gente de regiões como Veneto, Friuli-Venezia-Giulia, Trentino, Lombardia e Emilia-Romagna todos de línguas e culturas diferentes e segundo Zanini “o que os tornava iguais, sem dúvida, era o fato de serem católicos e se perceberem como sujeitos que haviam compartilhado a mesma experiência social de ruptura – eram emigrados” (2006, p.137).

No *baracon* os recém-chegados “*italianos*” estavam sujeitos a todo o tipo de privações, as instalações eram péssimas, não havia camas, local para banho, cozinha, nada que fizesse alusão a um ambiente habitável para um ser humano. As famílias não tinham privacidade e estavam sujeitas também as intempéries. Os emigrados já chegavam debilitados fisicamente pela longa travessia e emocionalmente pelas perdas de familiares que ocorriam na viagem e pelo confinamento e ainda permaneciam ali por meses até receberem suas colônias de terra e se transformarem em colonos. Por causa das condições precárias muitos adoeciam e morriam sem assistência médica que era até aceito mas não sem assistência espiritual. Para o imigrante, a fé cristã era fundamental e especialmente nesse momento de grande insegurança, foi o suporte para enfrentar a conquista da nova vida. Poderia privar-se de muitas coisas, mas jamais da presença daquele que representa o filho de Deus aqui na terra. Surgiram nesse contexto os “*preti di scapoera*”, padres leigos, que em geral eram pessoas mais idosas, religiosas de cultura e moral consideráveis.

A primeira assistência religiosa aos emigrados foi dada pelo Cônego José Marcelino de Souza Bittencourt pároco em Santa Maria . Afirma Barea que

em 19 de maio de 1878, o mesmo sacerdote se achava de novo em meio aos imigrantes na atual sede de Silveira Martins, onde, sob uma choupana, coberta com lençóis e ramos de árvores, celebrou a primeira missa com grande satisfação daqueles bons camponeses, que saudaram esse ato religioso com numerosos disparos de mosquete (1995, p.66).

Descontentes com a falta de sacerdotes na colônia que já se expandira para o vale, depois de solicitarem as devidas providências ao Bispo local, que não foram atendidas, um grupo de colonos liderados por Paolo Bortoluzzi, morador de Vale Vêneto, organizaram-se e decidiram importar um padre. Optaram por um italiano para facilitar a comunicação, já que os emigrados falavam dialetos próximos ao italiano clássico. Contrataram então um procurador chamado Antonio Vernier, e patrocinaram sua ida a Itália. Depois de permanecer três anos na península e fazer muitos contatos, encontra dois voluntários que se colocam a disposição para vir para a Quarta Colônia.

Chamavam-se Vittore Arnolfi e Antonio Sorio, o primeiro oriundo de Feltre, o segundo de Verona, ambos da região do Veneto. Chegaram à cidade de Porto Alegre em 1881, com poucos recursos financeiros, hospedam-se em um hotel e aguardam a recepção dos colonos. Foi uma espera vã, pois não havia ninguém para recebê-los.

A chegada dos padres à Vale Vêneto despertou curiosidade e constrangimento nos moradores de Silveira Martins, pois com a presença dos sacerdotes na localidade, a gestão do cemitério, registros de batismo, óbito e casamento passariam todos para Vale Vêneto.

Prospero Pippi liderando um grupo de silveirenses, marca uma audiência com o Bispo Dom Sebastião Laranjeiras, reivindica a permanência dos padres em Silveira Martins. O Bispo decidiu por bem que Arnolfi iria para Silveira Martins e Sorio para Vale Vêneto.

Em 25 de abril de 1884, falece o Padre Vittore Arnolfi e o Padre Antonio Sorio passa então a ser o capelão. Sorio coloca a 1ª pedra da nova igreja, benta pelo pároco de Santa Maria, em 9 de janeiro de 1890, começando assim a grande obra da Igreja Matriz Santo Antonio de Pádua, santo padroeiro do município.

Com a morte de Sorio em 1890, o padre palotino alemão Frederico Schwinn assume a paróquia e finaliza a obra da igreja construindo a torre

cilíndrica em estilo bizantino-românico e a partir de então, começa a construção das capelas nas diversas linhas do povoado.

Segundo Zanini,

a religião foi um dos elementos mais importantes no processo de enraizamento do emigrado em terras brasileiras. Se os sacerdotes tiveram sua parcela de responsabilidade na emigração tiveram-na também no processo de adaptação desses sujeitos em um mundo estrangeiro e na legitimação das representações advindas desse encontro (2006,137).

A construção das capelas de diferentes devoções nas diversas linhas, as celebrações religiosas e festejos relativos aos Santos padroeiros de cada local foram uma das formas que os imigrantes encontraram para negociar a identidade regional e legitimarem-se como grupo étnico junto às populações e etnias já estabelecidas na região como veremos no próximo capítulo.

Ainda conforme Zanini, “a vivência religiosa construiu um território simbólico de segurança e estabilidade, visível nos capitéis, capelas e igrejas e nas imagens dos padroeiros.” (2006,138)

A repetição de *habitus* como o repicar dos sinos trouxeram familiaridade aos emigrados lembrando o som ouvido nos seus *paesi* de origem, que haviam ficado na Europa, e ao mesmo tempo constituíam-se em um elo em comum com a religiosidade dos grupos aqui encontrados. Partindo desse traço comum, a religiosidade, foi negociada a identidade regional. Atestados dessa constante negociação podem ser encontrados no patrimônio histórico religioso da região da Quarta Colônia de Imigração Italiana como veremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 4 – UMA ANTROPOLOGIA VISUAL DA RELIGIÃO COMO TRADUÇÃO IDENTITÁRIA DE SILVEIRA MARTINS

O objetivo deste capítulo é demonstrar a ligação do patrimônio cultural religioso de Silveira Martins com a negociação da identidade do imigrante italiano. Logo após assentadas as levas de imigrantes a primeira obra comunitária erigida, e considerada mais importante que a escola, era a Igreja. A igreja Santa Antonio de Pádua é o exemplo dessa tradição, pois, apenas 10 anos após a sua chegada, os imigrantes juntaram dinheiro para construí-la ao modelo das grandes catedrais italianas. Os primeiros padres também foram trazidos da Itália por iniciativa dos imigrantes com seus próprios recursos. As diversas capelas, que foram construídas nas linhas no final do século XIX e início do XX, foram também edificadas para atender àqueles que viviam longe da matriz. Com a migração para Santa Maria os imigrantes levaram os valores do ultramontanismo e, vivendo a fé católica dessa forma, provocaram profundas mudanças na religiosidade da região central do Rio Grande do Sul.

O governo imperial de Dom Pedro II demarcava os lotes de terras por meio de um traçado que consistia numa linha base e em linhas paralelas, numeradas e denominadas como: linha uma, linha duas, linha três, e assim por diante. Após, eram traçadas linhas perpendiculares e a área de cada quadro que se desenhava consistia em 25 hectares, ou seja, um lote de terra para cada família imigrante. A implantação das igrejas e capitéis deu-se de forma diferenciada em cada uma dessas linhas como será relatado a seguir. A Igreja matriz de Santo Antonio de Pádua está situada na Praça Garibaldi na sede do município e as capelas e santuários estão localizadas nas linhas, vocábulo que denomina os locais onde foram distribuídos os lotes e assentados os imigrantes.

A identificação territorial das capelas, oratórios e linha pode ser visualizada no Quadro 1, exposto a seguir, que expõe também os padroeiros de cada localidade, a data aproximada da construção dos templos e a data da festa dos padroeiros(as).

Quadro 1 – Igreja, capelas e oratórios da sede do município e das linhas de assentamento dos imigrantes em Silveira Martins: padroeiros, data aproximada da construção dos templos e data das festividades.

Local	Templo	Madonas e Santos Padroeiros	Data aproximada da construção do templo	Data da festa em homenagem ao padroeiro (a)
Sede do Município	Igreja	Santo Antonio	Em 26 de julho 1884 ocorreu a criação da paróquia da Colônia Silveira Martins. A Igreja foi Inaugurada festivamente em 25 de fevereiro de 1893. A Consagração a Santo Antonio em 10 de maio de 1828.	O dia oficial da Igreja Católica para Santo Antonio coincide com os festejos em homenagem ao santo padroeiro da cidade, dia 13 de junho.
Linha Um	Oratório	Santa Terezinha	Apesar da devoção e da intenção dos moradores da Linha Um a capela nunca foi construída. A comunidade reúne-se em uma escola municipal onde existe um oratório	A comunidade apenas realiza uma missa no primeiro domingo de outubro e novenas durante o ano.
Linha Duas	Capela	Santa Inês e São João Batista	Em 1881, foi construído um oratório de madeira junto ao cemitério da comunidade com a denominação de Santo Sepulcro. Em 1932, iniciou-se a construção da atual capela.	A comunidade de Linha Duas festeja seus padroeiros em duas datas anuais. Santa Inês no terceiro domingo de janeiro e São João no quarto domingo de junho.
Linha Três	Capela	Nossa Senhora das Graças e Santa Bárbara	Em 1889, foi construído um oratório em madeira. Em 1924, foi demolido e ao seu lado construída a atual capela.	Hoje as duas padroeiras são homenageadas com duas festas durante o ano. Santa Bárbara no segundo domingo de abril e Nossa Senhora das Graças no primeiro domingo de dezembro.
Linha Pompéia	Capela	Madonna di Pompei e Madonna Bambina	Inauguração em 12 de setembro de 1909.	12 de setembro
Linha Quarta	Capela	Madonna della Salute	Construída em meados de 1882 em madeira (tabuão). Em 1927, foi reformada.	21 de Novembro
Linha Seis Sul	Capela	São Roque	Construída há aproximadamente 120 anos com pequenas dimensões. Há cerca de 100 anos (1908) foi ampliada.	O dia oficial da Igreja para São Roque é 16 de agosto, mas a comunidade da Linha Seis Sul o comemora no terceiro domingo de agosto.
Linha Seis Norte	Capela	São Valentim e São Pedro	A antiga capela era de madeira e foi soterrada durante uma tempestade. Foi reconstruída em 1941.	São Valentim tem como data o dia 14 de fevereiro segundo o calendário da Igreja, mas a festa em honra

				aos padroeiros de Linha Seis Norte ocorre no primeiro domingo de fevereiro.
Linha Base	Capela	Santo Anselmo e Nossa Senhora de Fátima	A primeira capela construída pelos imigrantes, logo após a sua chegada. ficava ao lado do cemitério de linha base. A capela atual foi erguida no mesmo local por volta de 1950.	Ocorrem dois grandes festejos religiosos na comunidade de Linha Base. Santo Anselmo no último domingo de abril e Nossa Senhora de Fátima no terceiro domingo de outubro.
Linha Base	Oratório	Nossa Senhora de Shoenstatt	Inaugurado em 21 de dezembro de 2008.	Terceiro domingo de dezembro
Val Veronês	Capela	Madonna di Monte Berico		Ultimo domingo de agosto.
Val Feltrina	Capela	São Vitor e Santa Corona	Foi erguida por volta de 1890.	No terceiro domingo de maio ocorre à festa em honra aos padroeiros.
Val de Buia	Capela	São João Batista, Santa Catarina e Santa Luzia	Construída por volta de 1920.	A data oficializada pela Igreja para São João Batista é 24 de junho, Porém a festa na capela de Val de Buia é realizada sempre no segundo domingo de julho. Santa Catarina é lembrada no dia 20 de novembro, mas não há festas na comunidade. Santa Luzia é festejada sempre no terceiro domingo de setembro.
Vila Brasília	Capela	Nossa Senhora Aparecida	O centro comunitário da Vila Brasília, que abriga a capela, foi fundado em 20 de dezembro de 1986.	12 de outubro
Vila Catani	Capela	São Luiz Gonzaga	Inaugurada em 2005	A festa do padroeiro realiza-se sempre no mês de maio, e não em 21 junho como estabelece o calendário da Igreja Católica, como resultado de uma negociação com as festas de padroeiros de comunidades de outras linhas.
Linha do Rosário	Capela	Nossa Senhora do Rosário	Construída em madeira em 1880. Em 1890 foi construída em alvenaria. O sino veio da Itália no início do século XX.	Atualmente a Festa em homenagem a Nossa Senhora do Rosário é comemorada junto

				com a de Nossa Senhora Aparecida e Santa Terezinha, na Matriz Santo Antônio de Pádua, no dia 12 de outubro.
Sede do município	Capela	Nossa Senhora do Bom Conselho e Beata Santa Bárbara Maix	Construída em 14 de julho de 1914 junto ao Colégio Bom Conselho. Com a beatificação da fundadora da Congregação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria, em 2008, passou também a ser dedicada à Beata.	Atualmente a capela é utilizada para a realização de cerimônias e de cultos promovidos pelas irmãs.

A seguir, estão descritas as capelas, oratórios e igreja matriz, seus padroeiros, suas histórias, sua localização territorial e sua relação com a negociação da identidade do imigrante italiano da Quarta Colônia Imperial de Imigração de Silveira Martins e da região central do Rio Grande do Sul. A religiosidade acabou traduzindo as identidades italianas em seus hábitos cotidianos permeados de lembranças, esquecimentos, comemorações, festividades, liturgias, devoções, romarias, valores, familiaridades, em fim naquilo que constitui o patrimônio cultural silveirense.

4.1 Igreja Santo Antonio de Padova



Figura 1 – Igreja Santo Antonio de Padova, situada na Praça Giuseppe Garibaldi no centro de Silveira Martins.

A devoção a Santo Antonio veio da Região do Vêneto, com os imigrantes oriundos da província de Padova. A Paróquia da Colônia Silveira Martins foi confirmada canonicamente em 26 de junho de 1884 pelo bispo do Rio Grande do Sul, Dom Sebastião Dias Laranjeira. No dia 15 de agosto do mesmo ano, o padre Antonio Sorio tomou posse como o primeiro vigário. Sorio lançou a pedra fundamental da Igreja no dia 9 de fevereiro de 1890, dedicando-a a Santo Antônio de Pádua e inaugurando-a festivamente no dia 25 de fevereiro de 1893. A consagração a Santo Antônio foi oficializada somente em 10 de maio de 1928, por Dom Ático Eusébio da Rocha, então Bispo de Santa Maria.

A igreja possui uma fachada em estilo tipicamente Veneto. A torre, com seus 40m de altura em estilo românico-bizantino, foi erigida posteriormente. A

construção da torre foi iniciada pelo padre Frederico Schwinn no ano de 1912, e concluída pelo padre Antônio Bombassaro, em 1921. No topo da torre encontra-se uma imagem fundida em ferro de Nossa Senhora do Bom Conselho.

Para construir a torre em plena rua, as autoridades da época solicitaram a autorização do Governo Provincial de José Augusto Borges de Medeiros, que permitiu a construção.

No norte da Itália, existem duas torres semelhantes à de Santo Antônio. Uma fica em Ravenna, dedicada a Sant'Apolinare Nuovo, construída no século IX. A outra fica em Caorle (Veneza), e data do século XI.



Figura 2 – Torre cilíndrica da Igreja Santo Antonio de Padova.

Conforme relato do Padre Vilson Venturini (2008),

a inauguração da torre ocorreu num domingo de verão repleto de festas e louvores, e contou com presença total dos habitantes da colônia Silveira Martins e de colônias vizinhas. A multidão envolvia o altar externo e a branca torre cilíndrica, ao pé da qual um coro de cem vozes venetas, sob a direção do Padre Valentin Zancan, erguia-se ao alto como a própria torre (VENTURINI, 2008).

O solene *Te Deum* foi entoado pelo primeiro bispo de Santa Maria, Dom Miguel de Lima Valverde.

4.2 Capela Santa Terezinha



Figura 3 – Capela Santa Terezinha localizada na Linha Um.

Os moradores da Linha Um são devotos a Santa Terezinha, mas ninguém da comunidade soube dizer como começou essa devoção.

Segundo o morador Evandro Gai,

houve sempre a intenção da construção de uma capela, mas por falta de recursos e a comunidade ser muito pequena nunca foi possível. A comunidade adotou uma sala de uma escola municipal desativada e construiu um simples altar em homenagem à Santa. Como não existe um salão de festas não existe uma festa com gastronomia e venda de produtos coloniais. A comunidade apenas realiza uma missa no primeiro domingo de outubro e novenas durante o ano (GAI, 2010).

Santa Teresinha é uma das mais populares santas da atualidade e seu encanto e simplicidade é adorado por todos aqueles que lêem a sua obra, que

retrata seu tempo no convento com alegria e simplicidade de uma criança, isto numa época onde as irmãs viviam enclausuradas, quase não falavam, uma vida de privações extremas. Teresinha tinha tuberculose e, às vezes, tinha crises e chegava vomitar sangue, mas ela a tudo encarava como dádiva de Cristo e com uma, as vezes, inexplicável alegria. Teresinha nos seus sonhos, convivia com um Jesus alegre e também jovial encantando a todos.

Santa Teresinha foi canonizada em 1925 pelo Papa Pio XI e foi declarada padroeira das missões no estrangeiro junto com São Francisco Xavier, em 1927, e em 1944 foi declarada Padroeira da França junto com Santa Joana d'Arc pelo Papa Pio XII. Ela foi declarada Doutora da Igreja pelo Papa João Paulo II, em 1997. Sua festa é celebrada no dia 1º de outubro (GAI, 2010).

4.3 Capela de Santa Inês e São João Batista



Figura 4 – Capela Santa Inês e São João Batista na linha duas.

Em 1881, foi construído um Oratório feito em madeira junto ao Cemitério da comunidade denominada Linha Duas, denominado Santo Sepulcro.

Apenas em 1932 iniciou-se a construção da nova Capela, que contou com divergências quanto ao local de construção. Alguns apoiavam a permanência junto ao cemitério e outros defendiam sua construção no centro do povoado. Por fim a capela foi construída junto ao cemitério. A comissão de construção em 1931 tinha como integrantes Luiz e Olinto

Tomazetti, Luiz Bolson, Toni Varini, João Aozani, Ângelo Amadori, Silvio Rapachi, Beraldo Bertagnoli, entre outras pessoas que ajudaram. A comunidade sentia falta de um lugar fixo para suas orações, e as mulheres preferiram Santa Inês como padroeira da comunidade (DUARTE, 2008).

Tragicamente, no dia 11 de novembro de 1950 a capela que existia junto ao cemitério foi destruída por um forte raio.

Com a ajuda do Padre Benjamin Moro, no dia 8 de dezembro do mesmo ano houve um consenso para a construção da nova Capela, no centro do povoado. Foi feita uma comissão de 34 homens para ajudar na construção, e solicitou-se a intercessão de mais um santo, sendo São João Batista o segundo padroeiro (DUARTE, 2008).

O atual prédio ainda mantém suas características arquitetônicas, em estilo protomodernista, e a comunidade festeja seus padroeiros anualmente, sendo Santa Inês no terceiro domingo de janeiro e São João no quarto domingo de junho.

A capela continua com dois padroeiros, o que parece atestar a negociação entre os imigrantes para a eleição do padroeiro e, nesse caso, aparece a negociação entre gêneros, pois as mulheres preferiam que a capela fosse dedicada à Santa Inês segundo o depoimento do morador da localidade Solismar Ribeiro Duarte.

Sobre São João Batista, todos conhecem a história bíblica. De Santa Inês, sabe-se que viveu em fins do século III e com 12 anos recusou-se a casar, preferindo morrer a perder a virgindade. Ofereceu-se como mártir e, conforme o costume romano, foi decapitada em 304. Sua coragem deu-lhe grande popularidade, sendo invocada como padroeira das moças ou da pureza do corpo, por sua castidade.

Diz a tradição que foi acesa uma fogueira para ela ser queimada e quando colocada na pira ela orou e o fogo milagrosamente se extinguiu. Colocada para ser desmembrada por cavalos, os seus punhos eram muito pequeninos e não havia grilhões de ferros para ela. Tentaram amarrá-la com correntes mas as correntes escorregaram em seu corpo, e as que ficavam, simplesmente arrebentavam. Finalmente foi decapitada com a espada. Por causa da influência de sua família seu corpo não foi atirado no rio (como era costume) e foi enterrado no cemitério da família e hoje forma a catacumba dela e é ao lado da igreja dedicada a ela na Via Nomentana.

Vários milagres foram reportados e creditados à intercessão de Santa Inês e sua fama se espalhou rapidamente. Quando o Imperador Constantino quis ter sua filha batizada, ele o fez perto do local da igreja de *Santa Agnese Fuori le Mura* que foi erigida por ele sobre sua tumba. Agnes significa em grego casta, e em latim ovelha, talvez por isto na arte litúrgica da Igreja ela é representada sempre segurando uma ovelha. Na festa na sua igreja, em Roma, uma ou duas ovelhas são abençoadas e de sua lã se faz alguns "palliuns" (tiras de lã branca) que o Papa confere aos Arcebispos como símbolo de sua jurisdição. Segundo a tradição a Santa Inês ajuda a encontrar um noivo para um feliz casamento.

4.4 Capela Nossa Senhora das Graças e Santa Bárbara



Figura 4 – Capela Santa Bárbara localizada na Linha Três.

Segundo depoimento da moradora da comunidade de Linha Três, Olinda Tolfo,

a devoção a Nossa Senhora das Graças é uma das mais antigas da Quarta Colônia. Em 1879, inicia a história deste santuário. Seu início

deu-se pela promessa das famílias da localidade a Nossa Senhora das Graças, por estarem perdendo seus filhos pelo “mal de sete dias”, uma espécie de diarreia que dizimou várias crianças. Naquele ano as mães fizeram a promessa de elevar um capitel, se essa epidemia tivesse fim. Em seguida a graça foi alcançada, e a morte das crianças findou. Para os moradores esse acontecimento da graça alcançada foi um milagre e a Santa tornou-se a Padroeira da Capela Imediatamente ergueram um oratório de madeira na encruzilhada, medindo aproximadamente dois metros por um metro e meio. Em 1903, foi removido para uns 50 metros ao poente devido a um fato desagradável que se deu dentro do oratório. Este novo oratório media 3 metros por 2 metros e era de alvenaria, como se fosse uma espécie de Santuário aberto, que mais tarde com a ajuda dos vizinhos foi fechado porque não havia mais condições de rezar missa ao relento. Nesse meio tempo em que a capela virou santuário, as imagens da Santa e o altar ficaram na residência do Sr. Severino Tolfo, onde algumas novenas foram realizadas (TOLFO, 2008).

Em 1924, foi demolido esse oratório e ao seu lado construída a atual capela, que mede 6mx3m. Em 1941, foi feita a sacristia e os bancos, e, em 1942, um pavilhão de 9mx3m com cozinha, para realizarem as festas da comunidade. Essa capela nova é de alvenaria e tem um altar com a imagem de Nossa Senhora das Graças e uma torre de madeira com um sino. Hoje a capela e o salão já passaram por várias reformas.

Ainda segundo Olinda Tolfo, após algum tempo,

a Linha estava sendo perseguida por grandes tormentas, e a devoção à Santa Bárbara fez que com ela se tornasse a segunda Padroeira da Capela. Hoje as Santas são homenageadas com duas festas durante o ano, Santa Bárbara no segundo domingo de abril e Nossa Senhora das Graças no primeiro domingo de dezembro (TOLFO, 2008).

A devoção à Nossa Senhora das Graças ou Nossa Senhora da Medalha Milagrosa tem origem na França. Na tarde de um sábado, dia 27 de novembro de 1830, véspera do primeiro domingo do Advento, em Paris, na capela das Irmãs Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, a noviça Irmã Catarina Labouré, teve uma visão de Nossa Senhora. A Virgem Santíssima estava de pé sobre um globo, segurando com as duas mãos um outro globo menor, sobre o qual aparecia uma cruzinha de ouro. Dos dedos das suas mãos partiam raios luminosos em todas as direções, num gesto de súplica, Nossa Senhora oferecia o globo ao Senhor.

"A Virgem Santíssima – disse Irmã Catarina – baixou para mim os olhos e me disse no íntimo de meu coração: '*Este globo que vês representa o mundo inteiro (...) e cada pessoa em particular... Eis o símbolo das graças que derramo sobre as pessoas que as pedem*'. Desapareceu, então, o globo que tinha nas

mãos e, como se estas não pudessem já com o peso das graças, inclinaram-se para a terra em atitude amorosa. Formou-se em volta da Santíssima Virgem um quadro oval, no qual em letras de ouro se liam estas palavras que cercavam a mesma Senhora: Ó Maria concebida sem pecado, rogai por nós que recorremos a vós. Ouvi, então, uma voz que me dizia: "Faça cunhar uma medalha por este modelo; todas as pessoas que a trouxerem receberão grandes graças, sobretudo se a trouxerem no pescoço; as graças serão abundantes, especialmente para aqueles que a usarem com confiança". Então o quadro se virou, e no verso apareceu a letra M, monograma de Maria, com uma cruz em cima, tendo um terço na base; por baixo do M, os dois Corações, de Jesus e de Maria; o de Jesus, com uma coroa de espinhos e o de Maria atravessado por uma espada; contornava o quadro uma coroa de doze estrelas. A mesma visão se repetiu várias vezes, sobre o sacrário do altar-mor; ali aparecia Nossa Senhora, sempre com as mãos cheias de graças, estendidas para a terra, e a invocação já referida a envolvê-la.

O Arcebispo de Paris, Dom Quelen, autorizou a cunhagem da medalha e instaurou um inquérito oficial sobre a origem e os efeitos da medalha, a que a piedade do povo deu o nome de "Medalha Milagrosa", ou "Medalha de Nossa Senhora das Graças". A conclusão do inquérito foi a seguinte: "A rápida propagação, o grande número de medalhas cunhadas e distribuídas, os admiráveis benefícios e graças singulares obtidos, parecem sinais do céu que confirmam a realidade das aparições, a verdade das narrativas da vidente e a difusão da Medalha". A primeira medalha foi entregue à Irmã Catarina. Em 1836, só o gravador já havia cunhado mais de 2 milhões de peças.

Nossa Senhora da Medalha Milagrosa é a mesma Nossa Senhora das Graças, por ter Irmã Catarina ouvido, no princípio da visão, as palavras: "Estes raios são o símbolo das 'Graças' que Maria Santíssima alcança para os homens".

A devoção Santa Bárbara começou logo após a sua morte porque o carrasco que cortou a sua cabeça foi morto, na hora, por um raio. Ela é por isto invocada contra raios e tempestades. Viveu no século IV, e é uma mártir legendária e muito popular. A tradição diz que ela era filha de Diocorus, um oficial do Imperador Maximiano (que reinou de 286 a 305). Quando ele descobriu que ela havia se convertido para o cristianismo ele a prendeu na torre. Diocorus então a denunciou para as autoridades romanas que a torturaram para que ela

renunciasse a sua fé. Quando ela permaneceu leal a sua fé, o seu próprio pai a levou para o topo de uma montanha para ser executada. Na hora que ela foi decapitada o carrasco foi instantaneamente morto e carbonizado por um raio. Santa Bárbara é invocada contra raios tempestades e fogo. Ela é representada na arte litúrgica segurando uma torre ou a palma do martírio. Sua festa é celebrada no dia 4 de dezembro.

4.5 Santuário Madonna di Pompei e Madonna Bambina



Figura 5 – Capella Madonna di Pompei, localizada na Linha Pompéia.

Em 1900, Vincenzo Guerra, um pioneiro imigrante italiano, deu início à construção da Capela, como promessa pela recuperação de sua saúde.

Toda a comunidade de Linha Pompéia e, sobretudo, os vizinhos e amigos que acreditaram em sua vontade de edificar o templo colaboraram na construção. As obras iniciaram em agosto de 1900 e sua inauguração ocorreu festivamente no dia 12 de setembro de 1909.

Em consequência da grande devoção de Vincenzo à Nossa Senhora da Pompéia e Nossa Senhora Menina, e pela promessa feita e atendida, elas são as padroeiras da comunidade de Linha Quarta Sul.

A construção centenária não possui vigas, nem concreto, ferro ou cimento. Tijolos, barro para dar liga, as madeiras (de lei) que sustentam o telhado, inteiriças e encaixadas umas nas outras são os únicos elementos que compõem o seu projeto arquitetônico. Chapas de ferro dão sustentação aos barrotes de madeira que formam o octógono da cobertura. Sob o piso de ladrilho hidráulico, preservam-se os tijolos que compunham o antigo chão da capela.

Segundo Enio Guerra,

Vincenzo, nascido em Buja, província de Udine (Itália), vinha para o Brasil quando um sacerdote lhe disse: – “Vais para um local de selvas com animais ferozes onde não há médicos nem hospitais...”. Na mesma ocasião, o bondoso padre ensinou-lhe uma oração que viria a ser pouco depois, aqui seu único “antídoto” contra as picadas de serpentes venenosas. Toda esta fé e devoção à “Maddona di Pompéi” resultou na sua recuperação e na construção deste templo (depoimento de GUERRA, 2008).

Desde a sua inauguração, várias graças aconteceram por intercessão de Nossa Senhora da Pompéia e alguns objetos e depoimentos permanecem no Santuário como ex-votos.

4.6 Santuário Madonna della Salute



Figura 6 – Santuário Madonna della Salute localizado na linha quarta.

Na Itália, a festa da **Madonna della Salute**, é celebrada a 21 de Novembro e tem o seu maior santuário em Veneza – a Basílica de Santa Maria della Salute. A sua construção resultou da promessa do Doge da Sereníssima República, Nicoletto Contarini, de construir uma basílica em honra da Senhora da Saúde,

caso cessasse um surto de peste, em 1631. A veneração à Nossa Senhora da Saúde, foi trazida ao Brasil pelos imigrantes italianos da Região do Vêneto.

A Capela tem no altar a imagem de Nossa Senhora da Saúde e uma torre com um sino. No decorrer dos anos a devoção a Nossa Senhora da Saúde foi aumentando cada vez mais, recebendo devotos de toda a região e de lugares distantes,

Segundo Valentin Maffini (2008),

os moradores da Linha Quarta não recordam o ano exato que começaram a construir a Capela, mas lembram que talvez uns 2 anos depois que aqui chegaram, e talvez uns 2 anos depois da chegada ao 'Baracon de Val de Buia' em 1878. A capela foi erguida em meados de 1882, e era feita de tabuão. Poucos anos depois foi destruída e construída de alvenaria, tal qual existe hoje. Em 1927 a fachada foi reformada e embelezada, e em 1936 foi pavimentada de mosaico e feita a calçada na frente.

Em 1944, foi feito um salão para acomodar os peregrinos e servir melhor o almoço festivo, pois já havia uma procissão ao Santuário. Hoje Nossa Senhora da Saúde é a Padroeira da Quarta Colônia e sua Festa é comemorada em grande estilo: Romaria à Nossa Senhora da Saúde, com muita programação nos dias do Tríduo e da Festa, sempre no terceiro domingo do mês de dezembro (MAFFINI, 2008).

4.7 Capela de São Roque

O terreno que foi doado pela família Palese recebeu a construção da capela de São Roque com a ajuda de toda a comunidade da Linha Seis Sul.

O dia do santo é 16 de agosto, mas a comunidade o comemora com grandes festejos sempre no terceiro domingo de agosto, pois muitos municípios da Quarta Colônia têm São Roque como padroeiro, usando o dia oficial para comemorar.



Figura 7 – Capela São Roque localizada na Linha Seis Sul.

São Roque, considerado o santo das doenças teve sua imagem (que se encontra no interior da capela) restaurada durante os anos de 1993/94. Tomada por cupins, a imagem foi retirada do local e passou vários meses “em tratamento”, sendo totalmente recuperada (PINCOLINI, 2008).

A capela foi constituída há aproximadamente 120 anos, com pequenas dimensões, ocorrendo uma ampliação há aproximadamente 100 anos. A devoção ao Santo é forte. Conta-se que uma mulher desconhecida chegou lá com seu filho vestido de São Roque e falou que estava pagando uma promessa. A roupa foi deixada na capela, mas ninguém ficou sabendo qual era a promessa. No dia da comemoração a São Roque, visitantes de diversas cidades chegam até a comunidade para participar dos festejos, demonstrando a grande popularidade do santo (PINCOLINI, 2008).

São Roque nasceu em 1295, provavelmente em Montpellier, França, e todos ficaram espantados com o fato dele ter uma cruz vermelha marcada no seu peito. Ele dedicou a sua vida para cuidar das vítimas de doenças pestilentas. De acordo com a tradição ele estava na Itália, quando, na cidade de Aquapendente, encontrou a população acometida com a praga. Ele curou a todos com apenas

um sinal da cruz nos doentes e foi para Modena, Parma e Mantua onde ele repetiu os milagres. Passou um tempo em Piacenza curando seu povo. Ao chegar em casa não foi reconhecido e foi preso como espião disfarçado em peregrino. Teria ficado preso por cerca de 5 anos, quando, um dia apareceu morto na cela. Seu primeiro milagre após a morte foi curar o seu carcereiro que era manco de nascença e sarou ao tocar com pé em São Roque. Ao ser despido para ser enterrado o santo foi reconhecido pela sua marca de nascença, a cruz no peito.

Suas relíquias foram trasladadas para Veneza e trazida ao Brasil pelos imigrantes vênnetos. Reverenciado como uma proteção contra as pragas e doenças especialmente na França e partes da Itália.

4.8 Capela de São Valentim e São Pedro



Figura 8 – Capela São Valentim e São Pedro, localizada na Linha Seis Norte.

A capela de São Valentin situada na Linha Seis Norte,

foi construída por iniciativa do Sr. José Bottega, que levou adiante o projeto de construir um templo na comunidade, motivado pela devoção, religiosidade e também a vontade da comunidade de ter um lugar para reunião de famílias (BOTTEGA, 2008).

A data comemorativa de São Valentin é 14 de fevereiro. Porém na comunidade de Linha Seis Norte, comemora-se sempre no primeiro domingo de fevereiro.

São Valentin é considerado pelos moradores da Linha Seis Norte como o santo das pestes, e toda a comunidade é devota ao Santo.

É interessante salientar que na linha Seis Norte, localidade da devoção ao São Vanetin, originariamente o santo dos namorados, houve uma ressignificação. A hipótese dos moradores é de que não havendo na época falta de parceiros para casamento a comunidade adotou-o como um santo para enfrentar e curar pestes.

Originariamente a devoção a São Valentim, surgiu no império romano mais precisamente no governo do Imperador Cláudio II. Naquela época e vista do exercito precisar sempre de um contingente cada vez maior de soldados e percebendo que os alistamentos não estavam atendendo a demanda, o imperador Cláudio II decidiu proibir os casamentos porque acreditava que se os soldados não tivessem famílias constituídas alistar-se-iam com mais facilidade. No entanto mesmo com a proibição do imperador, um frade cristão chamado Valentin continuou a celebrar casamentos em segredo. Ao ser descoberto, Valentin foi preso e condenado à morte. Enquanto estava preso, muitos jovens jogavam flores e bilhetes dizendo que os jovens ainda acreditavam no amor. Entre as pessoas que jogaram mensagens ao frade estava uma jovem cega: Asterias, filha do carcereiro a qual conseguiu a permissão do pai para visitar Valentin. Os dois acabaram apaixonando-se e milagrosamente a jovem recuperou a visão. O bispo chegou a escrever uma carta de amor para a jovem com a seguinte assinatura: “de seu Valentim”, expressão ainda hoje utilizada. Depois de alguns dias de calabouço foi morto a pauladas e teve sua cabeça cortada. Valentin foi decapitado em 14 de Fevereiro de 270 da era cristã (SOUZA, 2010).

A antiga capela de São Valentin era de madeira, porém, no de 1941, houve uma grande tempestade, e um deslizamento da terra da colina que fica atrás do templo soterrou a antiga capela, e também o cemitério que havia no local. O sino foi encontrado a alguns quilômetros, na Linha Guarda-Mor, município de Faxinal do Soturno, sendo levado pelo rio Guarda-Mor. A partir de então, a comunidade ficou sem capela, até a construção do templo atual. Sua simplicidade arquitetônica adorna paisagem do vale do Rio Guarda-Mor, elevando ainda mais os espíritos devotos da comunidade e dos visitantes. Nunca passou por mudanças arquitetônicas. Ao lado foi construído o salão comunitário, que teve terreno doado por Angelo Bottega.

As comunidades das linhas tinham como hábito não restringir-se somente a uma devoção. A outra devoção da Linha Seis norte é São Pedro, conhecido como o *Príncipe dos Apóstolos*, tido como fundador da Igreja Cristã em Roma e considerado pela Igreja Católica como seu primeiro Papa. Pedro sempre foi mencionado como o primeiro dos apóstolos em todas as passagens do Novo Testamento e um membro do círculo interno de Jesus com Tiago e João. Ele é mencionado, mais do que qualquer outro discípulo, e estava ao lado de Jesus na Transfiguração (Mt17;1-8), na cura da filha de Jairus, na agonia do Jardim das Oliveiras. Ele ajudou a organizar a Última Ceia e teve um papel relevante na Paixão. Quando o Mestre foi preso ele cortou com espada a orelha direita do escravo do Sumo Sacerdote Malchus.

Ele negou a Jesus três vezes, como havia predito Jesus (Mt26:7.5) e depois chorou amargamente. Após a ressurreição, Pedro foi à tumba com outro discípulo (provavelmente João) logo após ter sido informado por uma das mulheres. Varias vezes imediatamente após a Ressurreição, Pedro é inquestionavelmente o líder dos apóstolos. Sua posição ficou ainda mais evidente quando ele indicou o substituto de Judas Iscariot e foi o primeiro a falar para as multidões que se juntaram após a descida do Espírito Santo no Pentecostes. Foi o primeiro apóstolo a fazer milagres em nome do Senhor e o primeiro a fazer julgamento após a decepção de Ananias e Saphira. Pedro foi o instrumento para trazer o evangelho a todos.

Em frente da capela funcionou durante muitos anos uma escola pública, construída durante o governo estadual de Leonel de Moura Brizola, sendo esta

desativada em 1996. Essas escolinhas eram popularmente chamadas de Brizoletas e em tempos de difícil deslocamento, foram formadoras de muitos jovens gaúchos (BOTTEGA, 2008).

4.9 Capela de Santo Anselmo e Nossa Senhora de Fátima



Figura 9 – Capela Santo Anselmo e Nossa Senhora de Fátima localizada na Linha Base.

A capela Santo Anselmo, construída pelos primeiros imigrantes que chegaram à comunidade, ficava ao lado do cemitério de Linha Base. Nesta linha surgiu o primeiro núcleo colonial italiano da Região Central do RS, tendo como sede o que hoje é a área urbana de Silveira Martins.

A primeira capelinha foi destruída por volta dos anos de 1950/60, dando espaço para a construção da atual capela. O Sr. Maximiliano Weber doou o terreno para a nova Capela. A nova obra foi coordenada pelo Sr. Vitório Ruviaro, que na época era o representante da comunidade, mobilizando os comúnes para construção do templo. Angelo Zanini foi o responsável pela obra. Anos mais tarde, a família Maffini fez a doação de uma imagem de Nossa Senhora de Fátima. Na época das festividades, a imagem é conduzida da Igreja Matriz Santo Antônio até a Linha Base por um cortejo de carros e peregrinos (WEBER, 2008).

Ocorrem dois grandes festejos religiosos na comunidade. Santo Anselmo no último domingo de abril e Nossa Senhora de Fátima no terceiro domingo de outubro.

A Capela possui um estilo moderno, e por isso tem uma grande relevância arquitetônica para o município. Seus traços volumétricos, que parecem dar continuidade aos contornos do rebordo da Serra Geral, são como uma moldura para o Vale Vêneto, que se apresenta ao fundo. Não há um campanário, mas um mirante que pode ser acessado pelo interior do templo.

Santo Anselmo é muito venerado em Aosta e Turim, na Itália. Ele preferia defender a fé pelas razões intelectuais do que pelos argumentos das Escrituras. Foi o primeiro a incorporar o racionalismo de Aristóteles na teologia. Seu trabalho "Cur Deus Homo?" é um importante tratado sobre a Encarnação de Jesus. Nesse trabalho ele tenta explicar porque Deus foi obrigado a se tornar homem em Jesus. Anselmo argumentava que se Deus desejasse meramente perdoar os pecados do homem Sua misericórdia teria se conflitado com Sua justiça. Para reconciliar misericórdia e justiça era necessário um oferecimento maior que a desobediência do homem. Somente Deus poderia fazer esse oferecimento, mas somente o homem deveria fazê-lo, assim somente o Deus-homem-Jesus poderia fazer esse feito, como realmente O fez na Cruz.

Santo Anselmo é um dos grandes filósofos e teólogos da Idade Média. Faleceu em 21 de abril de 1109 em Canterbury, Inglaterra e seu túmulo se tornou local de peregrinação e vários milagres foram creditados à sua intercessão. Por isso, suas relíquias foram colocadas em um Santuário na Catedral de Canterbury onde se encontram até hoje. Foi canonizado pelo Papa Alexandre IV em 1492 e indicado Doutor da Igreja em 1720 pelo Papa Clemente XI.

Na arte litúrgica da Igreja, Santo Anselmo é representado de cinco maneiras: como um Arcebispo; ou chamando a atenção de um homem mau; ou

com Nossa Senhora e o Divino Infante aparecendo para ele; ou exorcizando um monge; ou ao lado de um navio.

4.10 Oratório Peregrinos da Paz – Mãe Três Vezes Admirável de Schoenstatt



Figura 10 – Oratório Peregrinos da Paz e Mãe Três Vezes Admirável de Schoenstatt, localizado na Linha Base.

Fundado em 21 de dezembro de 2008, na propriedade da família Dalla Favera, em Linha Base, com missa campal, bênção da saúde e dos objetos pelo padre Dalvino Dalmolin.

A escolha da devoção à Mãe Três Vezes Admirável está relacionada ao processo de canonização do descendente de imigrantes Vênetos João Pozzobon, um grande incentivador e difusor dessa devoção na região.

O oratório é construído em pedras basalto, retiradas do próprio local, representa uma devoção adotada pelos moradores da linha base e contou para a

sua construção com o apoio do poder público e membros da comunidade local e regional. No altar, encontra-se uma representação iconográfica semelhante à que existe em Schoenstatt na Alemanha. Esse título mariano está ligado à Obra de Schoenstatt, movimento criado pelo Pe. José Kentenich, na pequena cidade alemã que deu o nome à obra e significa "Belo Lugar".

A devoção à Nossa Senhora de Schoenstatt não está diretamente relacionada com a imigração italiana, mas está ligada aos descendentes de imigrantes por meio do Beato João Luiz Pozzobon, descendente de imigrantes Vênetos da região de Treviso, que foi um dos baluartes do movimento de Schoenstatt na região de Santa Maria e Quarta Colônia.

4.11 Capela Madonna di Monte Berico



Figura 11 - Capela Madonna di Monte Berico, localizada em Val Verones

A capela dedicada à Madona di Monte Bérico está situada em Val Veronês, a devoção é oriunda da cidade de Vicenza, no Vêneto, região de onde procede a maioria dos imigrantes que chegaram à Quarta Colônia Imperial de Imigração de Silveira Martins.

A devoção foi trazida pelos imigrantes e a festa em homenagem à Padroeira de Val Verones ocorre no último domingo de agosto.

Segundo uma antiga tradição veneziana, na manhã de 7 de março de 1426, uma anciã, chamada Vincenza Pasini, enquanto procurava o marido, teve uma visão de uma figura fulgurante que lhe disse: "eu sou a Virgem Maria, mãe de Jesus Cristo, crucificado pela salvação da humanidade. peço-te que vá dizer ao povo vicentino para construir neste local uma igreja em minha honra".

A comuna de Vicenza entre 1430 e 1431 promoveu uma investigação oficial sobre o aparecimento da Virgem Maria. Nos anos que precederam a aparição uma grave peste tomou conta da região e após os fatos narrados por Vincenza Pasini, a peste recuou milagrosamente.

Desde que foi colocada a primeira pedra do Santuário em Vicenza, fatos prodigiosos ocorreram no lugar, como a descoberta de fontes de água e curas milagrosas. Isso antes da segunda aparição em 1º de agosto de 1428, embora muitos não acreditassem na anciã de nome Vincenza, que chegou a ser presa como louca.

Depois da segunda visão, a veneração cresceu e quando Vincenza Pasini morreu foi enterrada na Igreja e depois transferida para o Santuário construído em 1810.

4.12 Capela São Vitor e Santa Corona



Figura 12 – Capela São Vitor e Santa Corona localizada em Val Feltrina.

A Capela de São Vitor e Santa Corona

foi erguida no final do século XIX, por volta de 1890, restaurada no ano de 2008, quando se encontrava em estado crítico de conservação, pois uma figueira nascia ao pé do crucifixo que adorna a fachada, e já afetava a estrutura com muitas rachaduras (PADOIN, 2008).

Construída por imigrantes moradores de Val Feltrina, o primeiro prédio em madeira deu lugar à atual construção de alvenaria. Suas características simples exaltam a beleza do estilo colonial italiano, como as portas em arco pleno.

A devoção veio para a região da Quarta Colônia com os imigrantes da região da Lombardia. O culto ao mártir São Vítor, o Mouro, se espalhou pelo mundo católico do Ocidente e do Oriente, sendo invocado como o padroeiro dos prisioneiros e exilados. São Vítor era africano, natural da Mauritânia e muito jovem ingressou no exército do imperador romano Maximiliano. É um dos santos mais amados e venerados pelos habitantes de Milão. Tendo sido martirizado naquela cidade, sua prisão e seu martírio permanecem vivos na memória do povo.

Santa Corona tinha de origem síria, era chamada assim porque levava a coroa (terço) no pescoço como arma contra os inimigos, era cunhada de São Vitor, lutavam e trabalhavam juntos, ele era um soldado e ela enfermeira. Pessoa simples e dedicada utilizava a maior parte do seu tempo a ajudar pessoas que passavam por necessidades. Em época de guerra, atuava como enfermeira resgatando as vítimas, fazendo curativos e alimentando os enfermos. A data de comemoração é dia 18 de setembro. A devoção veio para Silveira Martins por meio do imigrante Vênetos da cidade de Feltre.

Val Feltrina leva esse nome em homenagem aos imigrantes provenientes da Cidade de Feltre, província de Belluno (Itália). Nessa localidade, foram plantadas as primeiras vinhas da Quarta Colônia.

A devoção a São Vitor e à Santa Corona (comemora-se em 14 de maio e 18 de julho, respectivamente) deu-se através da história dos santos que protegem contra dores, tempestades e perdas no cultivo. É com essa devoção, que durante todos estes anos, no terceiro domingo de maio acontece à festa em honra aos padroeiros (SALLA, 2008).

Dentre os fatos históricos que ocorreram, além de muitos casamentos e batizados, está a ordenação sacerdotal de dois padres.

4.13 Capela de São João de Val de Buia, Santa Catarina e Santa Luzia



Figura 13 – Capela São João da Val de Buia, Santa Catarina e Santa Luzia localizada na localidade de Val de Buia.

A Capela São João de Val de Buia foi construída por volta de 1920. O local onde está situada foi doado pelo Sr. Hermínio Moro, que também contribuiu para a construção do templo. Augusto Noal e Leandro Brondani também foram os responsáveis pela construção do espaço, que contou com a ajuda de toda a comunidade de Val de Buia.

A devoção aos Santos e Santas é forte na comunidade, pois existem muitos capitéis ao longo da estrada e em propriedades particulares. A Capela possui três padroeiros, São João, Santa Catarina e Santa Luzia. A data comemorativa de São João é 24 de Junho, porém a festa é realizada sempre no segundo domingo de Julho. Santa Catarina é lembrada no dia 20 de novembro, mas não há festas na comunidade. Santa Luzia é comemorada com festejos sempre no terceiro domingo de Setembro (MORO, 2008).

A Capela dedicada a São João Batista é uma das mais belas do município e possui traços que a identificam como uma construção do estilo colonial italiano do período terciário, com detalhes que também podem ser percebidos em residências, como o arco pleno da porta principal.

No decorrer dos anos não ocorreram mudanças arquitetônicas, só havendo restaurações mínimas para sua preservação. Percebe-se apenas que as janelas laterais não são originais, tendo sido substituídas por básculas de ferro.

Ao lado da capela encontra-se a Sociedade São João de Val de Buia que foi criada nos anos de 1960, é a responsável pelas delícias gastronômicas oferecidas nos festejos dos Santos Padroeiros.

Um dos santos padroeiros da comunidade de Val de Buia, São João Batista, foi um profeta, eremita e mártir. Filho de Zacarias e Isabel, primo de Jesus. Nasceu em Ain-Karim perto de Jerusalém, e seu nascimento foi anunciado a sua mãe pelo anjo Gabriel. Ele viveu recluso em um deserto da judéia e depois começou a pregar e a batizar um grande número de pessoas às margens do Rio Jordão. Finalmente Jesus Cristo veio para ser batizado por ele antes de ir à Galiléia para iniciar sua pregação. João continuou perto do Rio Jordão e foi preso a mando do Rei Herodes Antipas (4AC-39DC), rei da Perea e Galiléia. Diz a tradição que como João pregava com veemência contra a relação de Herodes com sua amante e rainha Herodias, a filha Salomé de Herodias, que ela uma bela mulher, conseguiu seduzir Herodes e exigiu dele a cabeça de João em um bandeja em troca de seus favores. João, o batista, é o precursor do Messias. A

tradição diz ainda que ele nasceu livre do pecado original e foi santificado ainda no útero de sua mãe .

Na liturgia da Igreja Católica sua festa é celebrada desde os primeiros anos da igreja católica no dia 24 de junho e sua carreira como profeta é descrita nos evangelhos. João é venerado como um dos primeiros a seguirem uma vida de austeridade monástica. Na arte litúrgica, ele é mostrado batizando Jesus e com um bastão que termina numa cruz.

O segundo padroeiro da localidade de Val de Buia e de sua capela é Santa Catarina de Siena, padroeira da Itália (junto com São Francisco de Assis) cuja devoção foi também introduzida pelos primeiros imigrantes.

Santa Catarina nasceu em Siena, Itália, no dia da Anunciação, e começou a ter experiências místicas aos 6 anos vendo anjos da guarda, junto das pessoas as quais eles protegiam. Tornou-se Dominicana quando tinha 16 anos e ainda continuou a ter visões de Cristo, Maria e dos santos. Santa Catarina foi uma das mais brilhantes mentes do seu tempo, não tendo, entretanto, qualquer educação formal. Trabalhou com êxito como moderadora entre a Santa Sé e Florença e persuadiu o Papa a voltar de Avignon, França, para Roma. Mais tarde Santa Catarina se estabeleceu em Roma, onde lutou com orações, exortações e cartas para ganhar novos partidários para o Papa legítimo. Em 1377, quando ela morreu, já havia conseguido curar as feridas e acabar com o Grande Cisma Ocidental. Ela teve visões de Jesus, Maria, São João, São Paulo e São Domingos, o fundador da Ordem dos Dominicanos.

Com a idade de 26 anos, ela começou a sentir as dores de Cristo, em seu corpo. Dois anos mais tarde, em 1375, durante uma visita a Pisa, ela recebeu a Comunhão na pequena igreja de Santa Cristina. Quando ela meditava e agradecia orando ao crucifixo, raios de luz furaram suas mãos, pés e o lado e todos puderam ver os estigmas de Cristo nela. Por causa de tanta dor ela não falava nem comia. Assim ficou por oito anos sem comer líquidos ou qualquer outra coisa que não fosse a Sagrada Comunhão. Ela orava para que as marcas não fossem muito visíveis, e elas ficaram pouco visíveis, mas após sua morte os estigmas ficaram bem visíveis em seu corpo incorrupto, como uma transparência na pele, no local das chagas de Cristo. As vezes, quando orava, ela levitava. Uma

vez quando recebia a Sagrada Comunhão, o padre sentiu a hóstia tornar-se viva, movendo-se agitada e voando de seus dedos para a boca de Catarina.

Na "Vida de Santa Catarina" a Madre Francisca Raphaela relata que a santa era imune ao fogo. Ela conta que certa vez Catarina caiu em um fogo na cozinha e apesar do fogo ser grande, quando foi retirada dele por outros membros presentes, nem ela, nem suas roupas estavam sequer chamuscadas. Das cartas de Santa Catarina de Siena há uma trilogia chamada "O Diálogo" que é considerado o mais brilhante escrito da história da Igreja Católica. Morreu jovem, aos 33 anos de idade, em 29 de abril de 1380, mas seu corpo foi encontrado incorrupto e conservado em 1430. Foi canonizada em 1461 e declarada Doutora da Igreja em 1970. É copadroeira do Continente Europeu, junto com Santa Edith Stein e Santa Brígida da Suécia e padroeira da Itália, junto com São Francisco de Assis.

A terceira devoção dos moradores de Val de Buia é Santa Luzia cujas relíquias se encontram preservadas em Veneza o que, possivelmente, possa ser um elo entre os imigrantes oriundos dessa região da península itálica e a devoção à Santa.

Santa Luzia de Siracusa, Sicília, é considerada a protetora dos olhos e da visão. É uma das mais famosas mártires da igreja. Como se recusasse a renunciar a sua fé, retiraram, com punhais, os seus dois olhos e, no dia seguinte, os olhos estavam no lugar e normais. Na representação da igreja ela é apresentada com uma pequena almofada na mão direita onde estão os seu dois olhos. Depois de retirar-lhe os olhos, a cobriram com uma espécie de resina e ela foi colocada numa grande fogueira, mas quando as chamas finalmente desapareceram, ela estava como antes, sem nenhum dano ou ferida. A comoção dos presentes foi enorme, mas o prefeito ficou ainda com mais ódio mandou cortarem sua garganta com uma espada. Sua festa original é celebrada no dia 13 de dezembro. Suas relíquias estão preservadas em Veneza e eram veneradas pelo Papa João XXIII, enquanto ele servia como Patriarca de Veneza, antes de ser eleito papa em 1958.

4.14 Capela Nossa Senhora Aparecida



Figura 14 – Capela Nossa Senhora Aparecida localizada na Vila Brasília

O Centro Comunitário da Vila Brasília foi fundado no dia 20 de dezembro de 1986, onde várias pessoas dessa localidade sentiram a necessidade de ter um local para se reunirem e rezar, além de promoverem encontros espirituais, fazer novenas e trabalhos manuais. Segundo José Zanini, comerciante e um dos responsáveis pela capela

várias pessoas colaboraram para a construção do Centro, devido a grande ajuda e incentivo do Pároco em exercício Pe. Vilson Venturini e do Sr. José Carlos Zanini, além do Conselho Paroquial e dos moradores locais. Nossa Senhora Aparecida foi escolhida a padroeira da comunidade da Vila Brasília, escolha essa feita pelos próprios moradores, o motivo da homenagem foi porque a maioria das pessoas é da etnia negra. A imagem da Santa foi doação da Paróquia e muitas pessoas já alcançaram graças devido à fé na Santa. A Festa em sua homenagem acontece dia 12 de outubro, hoje ela é comemorada juntamente com a N. Sra. do Rosário e Santa Terezinha, na Matriz Santo Antônio de Pádua, seguida de almoço festivo (ZANINI, 2008).

A devoção à Nossa Senhora Aparecida é brasileira. No ano de 1717, Dom Pedro de Almeida e Portugal, Conde de Assumar, passou na Vila de Guaratinguetá, no Vale do Paraíba, estado de São Paulo, com destino a Minas Gerais. A Câmara local, empenhada em receber tão grande autoridade, cuidou de preparar um banquete à altura da importante visita. Para tanto, pescadores locais foram convocados a trazerem muito peixe para o senhor conde e sua comitiva. A ordem foi prontamente atendida pelos pescadores Domingos Garcia, João Alves e Filipe Pedroso que lançaram suas redes no porto de Itaguaçu (no rio Paraíba). Seus esforços revelaram-se inúteis. Fizeram uma segunda tentativa, próximo a Guaratinguetá. Dessa vez, para surpresa dos homens, a rede trouxe uma imagem de Nossa Senhora da Conceição, sem a cabeça.

Após mais alguns lançamentos da rede conseguiram a parte que faltava à escultura. Lavaram cuidadosamente a imagem e envolveram-na em panos, prosseguindo a pesca. Tantos peixes vieram à rede que tiveram que finalizar seus trabalhos. Filipe Pedroso, homem piedoso, guardando as redes, levou a imagem para casa. Era de fato uma imagem de Nossa Senhora da Conceição, feita de terra-cota, de cor escura. O pescador ficou com esta imagem em seu poder durante 15 anos. Quando se mudou para Itaguaçu, deixou-a com seu filho Atanásio, que construiu um singelo oratório-capela onde amigos e vizinhos se encontravam para rezar o terço.

A partir da construção da capela, tiveram início os milagres. Certa noite, durante a oração do terço, as velas que iluminavam a imagem se apagaram subitamente, sem que houvesse nenhuma corrente de ar que justificasse tal acontecimento. Silvana Rocha dirigiu-se ao altar para acender as velas novamente. Foi então que tudo se aclarou, as velas se acenderam novamente, sem intervenção de ninguém. Outro acontecimento que mereceu registro: um escravo, de nome Zacarias, veio suplicar à Virgem que o libertasse do jugo de um senhor cruel. Grande milagre sucede: caem-lhe das mãos os ferros, sinal de sua condição de escravo. Nossa Senhora atendera seus rogos. Agora, Zacarias era um homem livre e feliz. As correntes do escravo Zacarias começaram a enriquecer o acervo dos milagres.

Com o aumento das graças concedidas por Nossa Senhora tornou-se imperioso construir-se uma capela maior num local mais adequado. O vigário de

Guaratinguetá pediu licença ao bispo do Rio de Janeiro, e uma vez escolhido o Morro dos Coqueiros como lugar mais apropriado, em 1743, se iniciou a construção de uma espaçosa capela, que ficou concluída em 1745. No dia 26 de julho, na Festa de Santana, foi benta e celebrou-se a primeira missa. E multiplicaram-se as romarias. A capela foi diversas vezes reformada e aumentada, até que, em 1846, começou a ser substituída pela atual. A 8 de dezembro de 1888, foi o novo santuário bento e inaugurado pelo bispo D. Lino Rodrigues de Carvalho. Em 1894, chegam os Missionários Redentoristas, que iniciaram um admirável trabalho de evangelização e acolhida dos peregrinos. Eles difundiram por todo o País a devoção à Senhora Aparecida.

No dia 8 de setembro de 1904, Dom José de Camargo Barros colocou sobre a imagem da Virgem uma coroa de ouro e pedras preciosas doada pela Princesa Isabel. O 25º aniversário da coroação da imagem, em setembro de 1929, foi de um brilho inigualável. Grandes romarias, belas celebrações e um Congresso Mariano demonstraram o afeto que o País inteiro devotava à Virgem Aparecida. Nas sessões desse congresso, o povo apresentou o desejo de que Nossa Senhora Aparecida fosse declarada padroeira do Brasil. O Papa Pio XI, sensível aos anseios do povo brasileiro, assinou a 16 de julho de 1930, o decreto em que proclamou Nossa Senhora Aparecida Padroeira da Nação Brasileira. Diz o decreto: "Declaramos e constituímos a Beatíssima Virgem Maria concebida sem mancha, sob o título de Aparecida, Padroeira de todo o Brasil".

Em 1931, a imagem visitou a então capital federal, a cidade do Rio de Janeiro, pela iniciativa do cardeal D. Sebastião Leme. Mais de um milhão de fiéis, aclamaram Nossa Senhora Aparecida Padroeira do Brasil. Com o passar do tempo, a devoção à Nossa Senhora Aparecida foi aumentando cada vez mais. A primeira Basílica tornou-se pequena. Era necessária a construção de outro templo, bem maior, que pudesse acomodar tantos romeiros. Por iniciativa dos Missionários Redentoristas e dos Senhores Bispos, teve início, a 11 de novembro de 1955, a construção de uma outra igreja, atual Basílica Nova, o maior Santuário Mariano do mundo.

A construção da capela Nossa Senhora Aparecida na Vila Brasília, em 1986, em Silveira Martins é fruto dessa devoção brasileira.

4.15 Capela de São Luiz Gonzaga



Figura 15 – Capela São Luiz Gonzaga localizada na Vila Cattani.

A origem da devoção a São Luiz Gonzaga veio com os imigrantes que construíram um capitel em louvor ao Santo na Linha Base, no local mais tarde chamado de Vila Cattani. Missas e novenas em louvor eram rezadas no salão da sociedade.

A idéia da construção da capela surgiu na missão religiosa de 1998, estimulada pelo Padre Venturini então pároco. Foi formada uma comissão liderada pelo Sr. Delci Antonio Antonello e formada pelos seguintes senhores: João Pivetta, Delcio Buzzetto, Adelino Filipini e Ricardo Della Mea.

O primeiro passo foi conseguir a doação de um terreno e fazer uma campanha junto à comunidade para angariar fundos para dar início à obra. Foram realizadas muitas festas no salão da sociedade da Vila Cattani que resultou em um montante suficiente para dar início à obra. Por intermédio do Padre Wilson

Venturini a comunidade recebeu um recurso da Caritas Internacional que foi suficiente para acabar a obra. A capela foi inaugurada dia 27 de fevereiro de 2005 com missa e almoço festivo.

A festa da comunidade é realizada sempre no mês de maio e não em 21 junho como estabelece a Igreja Católica, a mudança da data é resultado de uma negociação com as festas de padroeiros de comunidades de outras linhas.

Segundo Delci Antonio Antonello,

a devoção ao Santo na localidade tende a se extinguir, pois a população jovem está abandonando a localidade e os idosos detentores da devoção estão morrendo. Outro fato que contribui para a extinção da devoção é o crescimento de novas igrejas evangélicas no município (ANTONELLO, 2008).

Ele é o padroeiro dos adolescentes, dos jovens estudantes e da juventude católica. Na arte litúrgica da Igreja, São Luiz Gonzaga é geralmente mostrado com um jovem jesuíta com um crucifixo nas mãos ou com uma coroa a seus pés ou com um anjo ao seu lado, ou em êxtase elevado aos céus por anjos.

Sua festa é celebrada no dia 21 de junho.

4.16 Capela Nossa Senhora do Rosário



Figura 16 – Capela Nossa Senhora do Rosário localizada na Linha do Rosário.

Segundo o Sr. Gino Belocchio, um dos moradores mais antigos da Linha do Rosário,

A capela foi construída de madeira no ano de 1880 ou 1881. É, portanto, a mais antiga da Paróquia. Em 1890 aproximadamente, foi construída a capela de alvenaria e apenas em 1920 o coberto de telhas. O sino veio da Itália no começo deste século XX. A iniciativa de ter uma Capela partiu dos imigrantes recém chegados, principalmente a família Padoim. Naquele tempo, não havia Padre na cidade, então vinha um de Vale Vêneto para realizar as celebrações. As festas são lembradas pela comunidade por que tinham muita fartura. Havia atrações durante a tarde como pescaria e tenda de doces. Quando chovia, era armada uma espécie de barraca mais perto do centro da cidade para que ao menos o lucro dos doces fosse tirado. As pessoas da comunidade sempre contribuíram para que a Festa fosse melhor a cada ano, fazendo coletas em todas as famílias (2008).

Atualmente a Capela abre apenas para a Procissão em homenagem à Nossa Senhora do Rosário, realizada anualmente, onde acontece uma linda missa campal, em consequência de sua localização, que vem ser uma das últimas construções da Linha. Hoje a Festa em sua homenagem é comemorada juntamente com a Nossa Senhora Aparecida e Santa Terezinha, na Matriz Santo Antônio de Pádua, no dia 12 de outubro, seguida de almoço festivo. (BELLOCCHIO, 2008)

Nossa Senhora do Rosário é o título recebido pela aparição mariana a São Domingos de Gusmão em 1208 na igreja de Prouille, em que Maria dá o rosário a ele. Em agradecimento pela vitória da Batalha de Muret, Simon de Montfort construiu o primeiro santuário dedicado à Nossa Senhora da Vitória.

Em 1572 Papa Pio V instituiu "Nossa Senhora da Vitória" como uma festa litúrgica para comemorar a vitória da Batalha de Lepanto. A vitória foi atribuída à Nossa Senhora por ter sido feita uma procissão do rosário naquele dia na Praça de São Pedro, em Roma, para o sucesso da missão da Liga Santa contra os turcos otomanos no oeste da Europa.

Em 1573, Papa Gregório XIII mudou o título da comemoração para "Festa do Santo Rosário" e essa festa foi estendida pelo Papa Clemente XII à Igreja Universal. Após as reformas do Concílio Vaticano Segundo a festa foi renomeada para Nossa Senhora do Rosário. A festa tem a classificação litúrgica de memória universal e é comemorada dia 7 de outubro, aniversário da batalha.

4.17 Capela Nossa Senhora do Bom Conselho e Beata Santa Bárbara Maix



Figura 17 – Capela Nossa Senhora do Bom Conselho e Beata Bárbara Maix, localizada junto ao Centro Cultural Bom Conselho.

Situada junto ao Colégio Bom Conselho, hoje Centro Cultural Bom Conselho, a capela possui estilo neogótico, conforme indica o arco ogival característico da porta principal e das janelas laterais. Internamente, ela foi

adornada com pinturas na década de 50, época em que também foi pintada a Igreja Matriz. O teto é revestido de madeira e traz em relevo uma representação do Espírito Santo. Os quadros da Via Sacra possuem detalhes revestidos em ouro. Segundo a irmã Isabel Guesti,

a inauguração da Capela Nossa Senhora do Bom Conselho ocorreu no dia 4 de julho de 1914. Sua construção teve o apoio das famílias Tondolo, Vidal e Dellamea, em área adquirida da família Lorenzoni pelas Irmãs do Imaculado Coração de Maria. O objetivo inicial da Capela foi o de oferecer um local de espiritualidade aos alunos do Colégio Bom Conselho. Para ligar a Capela com a parte física do Colégio, foi construído um passadiço de ligação entre os dois prédios. Atualmente, a capela é utilizada para realização de cerimônias e de cultos promovidos pelas Irmãs (2008).

Tanto a parte externa quanto o interior da capela foram completamente restaurados no ano de 2007, com o objetivo de preservar sua estrutura e manter sua finalidade espiritual.

Nossa Senhora do Bom Conselho (em latim *Mater boni consilii*) é uma das invocações da Virgem Maria. Com a mesma intenção ela é chamada de *Mãe do Bom Conselho*, *Nossa Senhora de Shkodra*, *Nossa Senhora dos Bons Serviços* e *Santa Maria do Paraíso*. Essa devoção está centrada num ícone da Virgem atualmente exposto em Genazzano, Itália, na Igreja de Nossa Senhora do Bom Conselho.

As origens do ícone são envoltas em lendas e milagres. A história se divide em duas partes. A maioria dos relatos liga uma imagem de Nossa Senhora de Shkodra (Bom Conselho) cultuada na Albânia e o ícone atualmente venerado na Itália. Na Albânia Nossa Senhora era venerada desde tempos muito antigos sob este e outros títulos. Um deles é o de *Zoja e Bekueme* (Senhora Bendita), e havia muitas capelas a ela dedicadas. Especialmente uma delas, localizada em Shkodra, onde havia um ícone da Virgem, tornou-se um centro de peregrinação durante as guerras contra os Otomanos. Um dia, durante um cerco à cidade, dois albaneses devotos se postaram ao pé da imagem e rezaram para que pudessem escapar com segurança. Diz a lenda que neste momento a imagem se despreendeu do altar e flutuou no ar, saindo da igreja. Os dois homens, Gjorgji e De Sclavis, seguiram a pintura, que os conduziu até Roma, onde desapareceu diante de suas vistas. Lá, depois de algum tempo, ouviram rumores sobre uma

imagem da Virgem que aparecera miraculosamente em Genazzano. Acorreram para o local e identificaram a imagem como a sua venerada Senhora Bendita.

Depois da notícia se espalhar por toda a Itália, peregrinos começaram a chegar de todos os lugares, e assinalou-se a ocorrência de muitos milagres diante da pintura. Foi tão grande o número de prodígios que foi indicado um notário para registrar os mais notáveis, e esse registro ainda existe, listando 171 milagres. Além de suas propriedades miraculosas, a imagem por si mesma é extraordinária, pois ela desde o século XV permanece como que suspensa no ar, sem moldura ou fixação, afastada da parede cerca de três centímetros, apenas parcialmente tocando uma base em sua borda inferior

Com a beatificação em 2008 da fundadora da Congregação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria, Bárbara Maix, a capela passa a ser um ponto de peregrinação que pretende evidenciar as benfeitorias promovidas pela fundadora da congregação (GHESTI, 2008).

CONSIDERAÇÕES PONTUAIS

No ano de 1877, chegaram à localidade de Silveira Martins, quarto distrito de Santa Maria, os imigrantes italianos provenientes das regiões do Veneto, Friuli-Venezia-Giulia, Trentino-Alto Adige, Lombardia e Emilia-Romagna, na localidade denominada por eles de Baracón de Val de Buia. Apesar de serem oriundos da Península Itálica, ainda em processo de unificação, e de regiões próximas, falavam línguas diversas, cultivam hábitos e costumes diferenciados, eram na sua grande maioria católicos praticantes e era no universo religioso, na figura da Madonna, Jesus Cristo, Anjos e Santos que encontravam o suporte para o momento tão difícil que foi aquele de deixar seus “paesi”¹¹ em busca da “cucagna”¹². Abandonar a terra natal em busca da terra prometida tinha um significado tão subjetivo quanto morrer e ir para o céu. A Itália representava a morte, o que seria deixado para traz, a nova terra o paraíso, lugar prometido por Deus para onde vão os bons, o renascer para uma nova vida.

Nas obras pesquisadas que fazem referência às praticas religiosas no Brasil desde a implementação da Igreja Católica no novo mundo (AZZI, 1990; BAREA, 1995; COSTA, 1986; BEOZZO, 1987; DE BONI, 1987,1990, 1996; RUBERT, 1998, BIASOLI, 2008, VÉSCIO, 2001) é comum encontrar palavras como padroado, regalismo, liberalismo, irmandades, maçonaria, confrarias, bulas, positivismo, iluminismo, jesuitismo, entre outros, mas o que mais nos chamou a atenção e consideramos oportuno relacionar ao momento da chegada dos imigrantes italianos é o ultamontanismo.

Quando os imigrantes italianos chegaram ao Quarto distrito de Santa Maria a Igreja Católica local vivia seu pior momento, pois a maçonaria, o movimento liberal e a ascensão da igreja luterana ameaçavam a hegemonia da Igreja Católica; Os imigrantes italianos exigiam a presença de uma igreja forte com os valores e determinações do Concílio de Trento vivos. Apesar da presença de carbonários, anarquistas, garibaldinos e maçons, a grande maioria dos imigrantes tinha presente os valores ultramontanos que a Igreja havia começado a implantar.

¹¹ Aldeia em português.

¹² Fortuna.

Logo após assentadas as levas de imigrantes, a primeira obra comunitária a ser erigida era a Igreja. A igreja Santa Antonio de Pádua é o exemplo desta tradição, pois ainda pobres, apenas 10 anos após a sua chegada juntaram dinheiro para construí-la ao modelo das grandes catedrais italianas.

Os primeiros padres também foram trazidos da Itália por iniciativa dos imigrantes com seus próprios recursos. As diversas capelas que foram construídas nas linhas no final do século XIX e início do XX foram também edificadas para atender àqueles que viviam longe da matriz.

Entre as etnias italianas foram negociadas as devoções, como por exemplo, os oriundos da província de Padova eram devotos a Santo Antonio, os da província de Veneza eram devotos a São Marcos, devoções que foram negociadas entre os habitantes das linhas no momento de escolher o Santo Padroeiro.

Os diferentes grupos étnicos, por meio de relações de solidariedade entre as etnias e aceitação ou conflitos com o *status quo* religioso já estabelecido foram, ao longo de décadas, negociando a sua identidade.

Os imigrantes negociaram com as etnias já estabelecidas, dialogaram com várias culturas, aprenderam a conviver com as outras etnias italianas e entre os “italianos” e as etnias já enraizadas em solo brasileiro. Tanto a negociação entre as etnias italianas, quase uma “negociação endógena”, como a negociação com as etnias já estabelecidas, que poderíamos chamar de “negociação de identidade exógena” deu-se por meio da religiosidade.

Entre as etnias italianas, a escolha do próprio santo padroeiro de cada linha significava disputa de poder entre etnias ou o predomínio de uma etnia ou família proveniente de uma etnia italiana, Cabe lembrar aqui que a unificação tardia da Itália (1875) fez com que as etnias que vieram para o Brasil tivessem marcadas diferenças culturais.

Para as etnias estabelecidas anteriormente na região, este mosaico étnico de Vênetos, Lombardos, Friulanos, Trentinos e Emilianos era visualizado como apenas como “italianos”, “imigrantes italianos”, o que lhes atribuía uma unidade identitária que não existia de fato. A Igreja católica já estabelecida procurava inculcar nos “imigrantes” a brasilidade, o tornar-se brasileiro, inclusive pela atuação política como brasileiros, o que foi mais explícito durante o Estado Novo.

Porém, paralelamente à tentativa da “igreja oficial” de torná-los brasileiros por meio de supostas unidades existia a negociação da identidade por parte dos imigrantes pela introdução de seus patronos e devoções, pelas práticas religiosas que eles faziam os padres atender. A atuação da Igreja Católica já estabelecida representava as estratégias do poder já instituído para tornar brasileiros os imigrantes. Mas o cotidiano trazia devoções e práticas religiosas de suas regiões de origem e no espaço das capelas, oratórios, lares e festas dos padroeiros foi sendo negociada uma devoção pragmática que perguntava: Esse santo serve para o quê? Em que vai me ajudar? É um santo forte?

Dessa negociação resultam linhas com vários padroeiros, introduzidos em épocas diferentes, que resultaram de acordos entre os habitantes das localidades, ou de acordos entre as comunidades de Silveira Martins, ou ainda, entre elas as diferentes localidades e a igreja já estabelecida.

Podemos sintetizar que o resultado dessa negociação identitária, foi uma maior convivialidade entre esse mosaico de etnias italianas, embora não chegassem nem de perto a configurar o bloco monolítico como eram vistos pelas etnias já estabelecidas.

O elo da negociação foi a religiosidade, desde os costumes cotidianos até as imposições da Igreja já estabelecida. Os marcos concretos dessa negociação são as várias capelas construídas em nome de diferentes Santos que ajudariam, numa concepção pragmática, os grupos étnicos em suas labutas diárias. Os nomes dos Santos e das madonas padroeiras foi negociado e as construções são a prova dessa negociação assim como as festas, os hábitos e costumes, incluindo as comidas servidas nas festividades que atestam fragmentos étnicos e o que resultou dessa negociação.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Martha. **O império do Divino**. Festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

ANTUNES, Helenise Sangói; OLIVEIRA, Valeska Fortes. **A imigração Italiana em Silveira Martins**: uma história de esperança. Santa Maria: Grafos, 1994.

ANTUNES, Helenise Sangoi et al. **As lembranças de uma escola não muito distante**. Santa Maria: UFSM, 1997.

AZZI, Riolando. Fé e italianidade: a atuação dos Escalabrinianos e dos Salesianos junto aos imigrantes. In: DE BONI, Luis Alberto. **A presença italiana no Brasil**. Vol. II Porto Alegre: EST, 1990. (p. 63-80)

BABELON, J.-P. e CHASTEL, A. **La notion de patrimoine**. Paris: Liana Levi, 1994.

BARTH, Frederik. **Los grupos étnicos y sus fronteras**. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1976.

BAUER, Martin W. e GASKEL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002.

BAREA, Dom José. **A vida espiritual nas Colônias Italianas do estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Edições Est, 1995.

BATISTEL, Arlindo. **Colônia italiana**: religião e costumes. Porto Alegre: Est, 1981.

BEBER, Cirilo Costa. **Na terra dos sonhos. A história da família Costa Beber**. Santa Maria: Pallotti, 1996.

BELÉM, João. **História do município de Santa Maria 1797-1933**. Santa Maria: Editora UFSM, 1983.

BEOZZO, José Oscar. O clero italiano no Brasil. In: DE BONI, Luis Alberto. **A presença italiana no Brasil**. Vol. I. Porto Alegre: EST, 1987.

BERENGO, Marino. **La Società Veneta alla fine del settecento, ricerche storiche**. Firenze: Sansoni, 1986.

BIASOLI, Vitor Otávio Fernandes. O catolicismo ultramontano e a conquista de Santa Maria da Boca do Monte (RS-1870-1920). In: MILDER, Saul Eduardo S. (Org.). **Recortes da história brasileira**. Porto Alegre: Martins Livreiro-Editor, 2008. p. 83-100.

- BOLZAN, Nelson. **La América dei Sogni: um povo, uma história, uma conquista.** Porto Alegre: Alcance, 1997.
- BOSI, E. **Memória e sociedade.** São Paulo: T.A. Queiroz Editor, 1979.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas.** 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- BUARQUE DE HOLLANDA FERREIRA, Aurélio. **Novo dicionário da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.
- BUSANELLO, Pio José. **A história da nossa gente. A primeira história escrita de famílias de imigrantes italianos da 4ª Colônia Imperial-RS.** 2ª ed. Santa Maria: Pallotti, 1999.
- CAMURÇA, Marcelo Ayres e GIOVANNINI Jr. **Religião, patrimônio histórico e turismo na Semana Santa em Tiradentes (MG).** Horizontes antropológicos, vol. 9, n. 20, Porto Alegre, Out. 2003.
- CARLESSO, Oscar José. **A Sonhada América: Os Carlesso em Santa Maria (1878-1988).** Porto Alegre: Posenato, 1989.
- GARNÉS, Luis Nuñez e LEREE, Beatris Solés (org.). **Comunicación, Identidad e Integración Latinoamericana.** Col. Lomas de Santa Fé: Universidad Iberoamericana, 1994.
- CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX.** Rio de Janeiro: EDUFRRJ, 1998.
- COSTA, Rovílio. **Antropologia visual da imigração italiana.** Porto Alegre: UCS, 1976.
- COSTA, Rovílio. Culto à Maria entre os descendentes italianos do Rio Grande do Sul.
DE BONI, Luis Alberto. **A presença italiana no Brasil.** Vol. II Porto Alegre: EST, 1990.(p. 531-544)
- COSTA, Rovílio et al. **Imigração Italiana no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: EDUCS, 1986.
- CASTRO, S.R. de. **O Estado na preservação de bens culturais.** Rio de Janeiro: Renovar, 1991.
- DAL LAGO, Osvaldo e Romi. **A Pompéia de Vincenzo Guerra. “La Casa di Buia del Friuli”.** Santa Maria: Imprensa Universitária UFSM, 1993.
- DALMOLIN, Cátia. **Senza Ritorno: a imigração italiana no Brasil.** Santa Maria: Pallotti, 2004

DE BONI, Luis Alberto. O catolicismo da imigração: do triunfo à crise. IN: DE BONI, Luis Alberto e COSTA, Rovílio. **Os italianos do Rio Grande do Sul**. 2,ed. Porto Alegre: Est; Caxias: EDUCS, 1983. p. 234-255.

DE BONI, Luis Alberto. **A Itália e o Rio Grande do Sul**: relatório de autoridades italianas sobre a colonização em terras gaúchas. Porto Alegre: Est, 1983.

DE BONI, Luis Alberto. **A presença italiana no Brasil**. Vol. I Porto Alegre: EST, 1987.

DE BONI, Luis Alberto. **A presença italiana no Brasil**. Vol. II Porto Alegre: EST, 1990.

DE BONI, Luis Alberto. **A presença italiana no Brasil**. Vol. III Porto Alegre: EST, 1996.

DOTTO, Concórdio G. **Silveira Martins Tutti Bonna Gente**. Santa Maria: UFSM, s.d

ESTIVALETE, Emerson Bianchini. Romaria de Nossa Senhora Medianeira: Devoção Popular e Ações Coletivas e Sociais Integracionais. In: QUEVEDO, Julio e IOKOI, Márcia Gricoli. (Orgs). **Movimentos Sociais na América Latina**: desafios teóricos em tempos de globalização. Santa Maria: MILA, CESH, UFSM, 2007. p. 263-272.

FENTON, Steve. **Etnicidade**. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/lphan, 1997.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **Referências Culturais**: base para novas políticas de patrimônio. Políticas sociais: acompanhamento e análises. 2002. Disponível em:
<http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps_02/referencia.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2010.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio Histórico Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

GEERTZ, Clifford. **Obras e vidas: o antropólogo como autor**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

GUARESCHI, Égide. **Levantamento sobre a memória dos imigrantes italianos na região de Santa Maria**. Disponível em:
<www.ufsm.br/literaturaehistoria/memoria_imigrantes_italianos.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2010.

- HALL, Stuart. **Identidades Culturais na Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP.& A. 2000.
- HOONAERT, Eduardo. **A igreja no Brasil-colônia: 1550-1800**. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- ITAQUI, José; VILLGRÁN, Maria Angélica. **Educação Patrimonial: a experiência da 4ª Colônia**. Santa Maria: Pallotti, 1998.
- LESSER, Jeffrey. **A negociação da identidade nacional**. Imigrantes, minoria e a luta pela etnicidade no Brasil. São Pulo: UNESP, 2001.
- LIMA FILHO, Manuel Ferreira & BEZERRA, Márcia (Orgs.) **Os caminhos do Patrimônio no Brasil**. Goiânia: Editora Alternativa, 2006.
- LORENZONI, Júlio. (trad. Arminda Lorenzoni Parreira) **Memórias de um imigrante italiano**. Porto Alegre: Sulina, 1975.
- MAESTRI, Mario. **Os senhores da serra: a colonização italiana no Rio Grande do Sul (1875-1914)**. 2. ed. Passo Fundo: UPF, 2005.
- MAGRO, Claudino. **História de nossa parentela**. Santa Maria. Pallotti, 2001.
- MAGRO, Claudino. Os palotinos em Silveira Martins e nas colônias italianas. In: DE BONI, Luis Alberto. **A presença italiana no Brasil**. Vol. III. Porto Alegre: EST, 1987.
- MARCHIORI, José Newton Cardoso. **Gênese da Quarta Colônia**. Porto Alegre: EST, 2001.
- MARIN, Jérri Roberto. **A integração dos imigrantes italianos à política sul-riograndense na ex-colônia Silveira Martins**. *Imaginario*, jun. 2007, vol.13, no.14, p.167-197. ISSN 1413-666X.
- MARIN, Jérri Roberto. **A integração dos imigrantes italianos à política sul-riograndense na ex-colônia Silveira Martins**. *Imaginario*. [online]. jun. 2007, vol.13, no.14, p.167-197. Disponível em: <http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-666X2007000100009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 jan 2010.
- MARIN, Jérri Roberto (org.); [et al]. **Quarta Colônia: novos olhares**. Porto Alegre: EST, 1999.
- MARTINS, Estevão de Resende. **Cultura e Poder**. São Paulo: Saraiva, 2007.
- MARCUZZO, Clementino. **Centenário de Vale Veronês**. Santa Maria: Pallotti, 1982.

MILDER, Saul Eduardo Seiguer. **Recortes da Historia Brasileira**. Porto Alegre: Martins Livreiro-Editor, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.) **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MOTTA, Lia e SILVA, Maria Beatriz Resende. **Inventários de Identificação**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, Etnia e Estrutura Social**. São Paulo: Pioneira, 1976.

ORO, Ari Pedro. "Mi son talian": considerações sobre a identidade étnica dos descendentes de italianos do Rio Grande do Sul. DE BONI, Luis Alberto. **A presença italiana no Brasil**. Vol. III Porto Alegre: EST, 1996.

ORTIZ, Renato. **A consciência fragmentada: ensaios de cultura popular e religião**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

PAROQUIA SANTO ANTONIO DE PADUA. **Livro de Registros**. Silveira Martins, 2008.

PELEGRINI, Sandra C. A.; FUNARI, Pedro Paulo. A. **O que é patrimônio cultural imaterial**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

POZENATO, José Clemente. **Processos culturais na região de colonização italiana do Rio Grande do Sul**. Caxias do Sul: EDUCS, 1990.

QUEVEDO, Júlio e IOKOI, Márcia Grícoli. (Orgs). **Movimentos Sociais na América Latina: desafios teóricos em tempos de globalização**. Santa Maria: MILA, CCSH, UFSM, 2007. p. 263-272.

POMPA, CRISTINA. **Religião como tradução**. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

POZZOBON, Zola. **Uma odisséia na América**. Caxias do Sul: EDUCS, 1997.

RIGHI, José Vicente; BISOGNIN, Edir Lucia; TORRI, Valmor. **Povoadores da Quarta Colônia: contribuições do imigrante italiano na Quarta Colônia Imperial de Silveira Martins, Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST, 2001.

RUBERT, Arlindo. **História de Igreja no Rio Grande do Sul: época imperial (1822-1889)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

RUBERT, Arlindo. **O Itinerário dos Nossos Avoengos**. Santa Maria: Pallotti, 1976.

SANTIN, Silvino. Dimensão social do trabalho e da propriedade do imigrante italiano na ex-colônia de Silveira Martins. In: DE BONI, Luis Alberto. **A presença italiana no Brasil**. Vol. II Porto Alegre: EST, 1990. (p. 447-461)

SANTIN, Silvino. **Imigração esquecida**. Porto Alegre: EST, 1986.

SANTIN, Silvino e ISAIA, Antonio. **Silveira Martins Patrimônio Histórico-Cultural**. Santa Maria: Edições EST, 1990.

SANTO ANSELMO. Disponível em:

http://www.cademeusanto.com.br/santo_anselmo_canterbury.htm. Acesso em: 17 jan 2010.

SANTOS, J.L. dos. **O que é cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SÃO JOÃO BATISTA. Disponível em:

<http://www.cademeusanto.com.br/sao_joao_batista.htm>. Acesso em: 17 jan 2010.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Os tempos e os territórios da colonização italiana. O desenvolvimento econômico da Colônia Silveira Martins (RS)**. Porto Alegre: EST, 2003

SILVA, Eliane Moura da. Religião, diversidade e valores culturais: conceitos teóricos e a educação para a cidadania. **Revista de Estudos da Religião – REVER – Pós-Graduação em Ciências da Religião – PUC-SP**. Disponível em: <http://www.pucsp.br/rever/rv2_2004/t_silva.htm>. Acesso em: 11 de nov. de 2008.

SOUSA, Armando. **Historia de São Valentin**. Disponível em:

<http://www.pequeninapoesias.com.br/contos1/historia_de_sao_valentim.htm>. Acesso em: 16 jan. 2010.

SPONCHIADO, Luiz. A anágrafe de Nova Palma e os inícios da Colônia Silveira Martins. In: DE BONI, Luis Alberto. **A presença italiana no Brasil**. Vol. II Porto Alegre: EST, 1990, p. 425-446.

SPONCHIADO, Breno Antonio. **Imigração & 4ª Colônia: Nova Palma e Pe. Luizinho**. Santa Maria. UFSM, 1996.

TAMASO, Renata Maria. Do Patrimônio do divino ao patrimônio de São Benedito e Santa Luzia: espaços urbanos e identidades. **Anais do XIX Encontro Regional de História; Poder, Violência e Exclusão**. ANPUH/SP-USP. São Paulo 8ª 12 de setembro de 2008. Cd-Rom.

TUCHERMANN, Ieda. **Breve história do corpo e de monstros**. Lisboa: Vega, 1999.

UNESCO. Disponível em: <<http://www.unesco.org>>. Acesso em: 14 de out. de 2008.

VÉSCIO, Luiz Eugênio. **O crime do Padre Sório**: Maçonaria e Igreja Católica no Rio Grande do Sul 1893-1928. Santa Maria: Ed. da UFSM; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. **Italianidade no Brasil Meridional**: a construção da identidade étnica na região de Santa Maria RS. Santa Maria: Ed. da UFSM 2006.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Reflexões sobre o colono italiano na região central do RS: breves problematizações antropológicas. **Sociais e Humanas**, Santa Maria, v.22 edição especial, ago 2009, p. 65- 75.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina et al. A etnografia em questão. **Sociais e Humanas**, Santa Maria, julho dezembro 2006, v. 19, n. 2, p. 135 -143.

ZORZI, Alvise. **La Repubblica del Leone**. Storia di Venezia. Milano, 2001.

REFERÊNCIAS ETNOGRÁFICAS (HISTÓRIA ORAL)

ANTONELLO, Delci Antonio. Agricultor. **Entrevista sobre a Capela São Luiz Gonzaga (Linha Base – Vila Catani)** concedida ao Projeto PATRIMÔNIO HISTÓRICO, HERANÇA CULTURAL E ITALIANIDADE: artefatos, objetos, monumentos, arquitetura e iconografia presentes nos movimentos religiosos de Silveira Martins – RS. Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural da UFSM. Dezembro de 2009.

BELLOCCHIO, Gino. Agricultor. **Entrevista sobre a Capela Nossa Senhora do Rosário (Linha do Rosário)** concedida ao Projeto PATRIMÔNIO HISTÓRICO, HERANÇA CULTURAL E ITALIANIDADE: artefatos, objetos, monumentos, arquitetura e iconografia presentes nos movimentos religiosos de Silveira Martins – RS. Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural da UFSM. Junho de 2008.

BOTTEGA, José Francisco. Agricultor. **Entrevista sobre a Capela de São Valentin (Linha Seis Norte)** concedida ao Projeto PATRIMÔNIO HISTÓRICO, HERANÇA CULTURAL E ITALIANIDADE: artefatos, objetos, monumentos, arquitetura e iconografia presentes nos movimentos religiosos de Silveira Martins – RS. Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural da UFSM. Junho de 2008.

BRONDANI, Gelia. Agricultora. . **Entrevista sobre a Capela de São João de Val de Buia (Val de Buia)** concedida ao Projeto PATRIMÔNIO HISTÓRICO, HERANÇA CULTURAL E ITALIANIDADE: artefatos, objetos, monumentos, arquitetura e iconografia presentes nos movimentos religiosos de Silveira Martins – RS. Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural da UFSM. Junho de 2008.

DALLA FAVERA, Renata. **Entrevista sobre o Oratório Peregrinos da Paz - Mãe Três Vezes Admirável de Schoenstatt.** concedida ao Projeto PATRIMÔNIO HISTÓRICO, HERANÇA CULTURAL E ITALIANIDADE: artefatos, objetos, monumentos, arquitetura e iconografia presentes nos movimentos religiosos de Silveira Martins – RS. Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural da UFSM. Dezembro de 2009.

DUARTE, Solismar Ribeiro. **Entrevista sobre a Capela de Santa Inês e São João (Linha Duas)** concedida ao Projeto PATRIMÔNIO HISTÓRICO, HERANÇA CULTURAL E ITALIANIDADE: artefatos, objetos, monumentos, arquitetura e iconografia presentes nos movimentos religiosos de Silveira Martins – RS. Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural da UFSM. Junho de 2008.

GAI, Evandro. Vereador. **Entrevista sobre a Capela Santa Terezinha (Linha Um)** concedida ao Projeto PATRIMÔNIO HISTÓRICO, HERANÇA CULTURAL E ITALIANIDADE: artefatos, objetos, monumentos, arquitetura e iconografia presentes nos movimentos religiosos de Silveira Martins – RS. Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural da UFSM. Janeiro de 2010.

GHESTI, Isabel. Madre Superiora da Congregação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria em Silveira Martins. **Entrevista sobre a Capela Nossa Senhora do Bom Conselho e Santa Bárbara Maix (Silveira Martins)** concedida ao Projeto PATRIMÔNIO HISTÓRICO, HERANÇA CULTURAL E ITALIANIDADE: artefatos, objetos, monumentos, arquitetura e iconografia presentes nos movimentos religiosos de Silveira Martins – RS. Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural da UFSM. Junho de 2008.

GUERRA, Enio. Maestro e Professor da UFSM. **Entrevista sobre o Santuário Madonna di Pompei e Madonna Bambina (Linha Três)** concedida ao Projeto PATRIMÔNIO HISTÓRICO, HERANÇA CULTURAL E ITALIANIDADE: artefatos, objetos, monumentos, arquitetura e iconografia presentes nos movimentos religiosos de Silveira Martins – RS. Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural da UFSM. Junho de 2008.

MAFFINI, Valentin André. Agricultor. **Entrevista sobre o Santuário Madonna della Salute e Capela Nossa Senhora do Rosário (Linha Quarta)** concedida ao Projeto PATRIMÔNIO HISTÓRICO, HERANÇA CULTURAL E ITALIANIDADE: artefatos, objetos, monumentos, arquitetura e iconografia presentes nos movimentos religiosos de Silveira Martins – RS. Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural da UFSM. Julho de 2008.

MORO Etelvino e MORO, Ormilda. Proprietários do Moinho Moro. **Entrevista sobre a Capela de São João de Val de Buia (Val de Buia)** concedida ao Projeto PATRIMÔNIO HISTÓRICO, HERANÇA CULTURAL E ITALIANIDADE: artefatos, objetos, monumentos, arquitetura e iconografia presentes nos movimentos religiosos de Silveira Martins – RS. Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural da UFSM. Junho de 2008.

PADOIN, Maria Verônica Torri. Agricultora. **Entrevista sobre a Capela de São Vitor e Santa Corona (Val Feltrina)** concedida ao Projeto PATRIMÔNIO HISTÓRICO, HERANÇA CULTURAL E ITALIANIDADE: artefatos, objetos, monumentos, arquitetura e iconografia presentes nos movimentos religiosos de Silveira Martins – RS. Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural da UFSM. Junho de 2008.

PINCOLINI, Rogelio. **Entrevista sobre a Capela de São Roque (Linha Seis Sul)** concedida ao Projeto PATRIMÔNIO HISTÓRICO, HERANÇA CULTURAL E ITALIANIDADE: artefatos, objetos, monumentos, arquitetura e iconografia presentes nos movimentos religiosos de Silveira Martins – RS. Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural da UFSM. Junho de 2008.

SALLA, Anilse. Professora. **Entrevista sobre a Capela de São Vitor e Santa Corona (Val Feltrina)** concedida ao Projeto PATRIMÔNIO HISTÓRICO, HERANÇA CULTURAL E ITALIANIDADE: artefatos, objetos, monumentos, arquitetura e iconografia presentes nos movimentos religiosos de Silveira Martins – RS. Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural da UFSM. Junho de 2008, Dezembro de 2009.

TOLFO, Olinda. Agricultora. **Entrevista sobre a Capela Nossa Senhora das Graças** concedida ao Projeto PATRIMÔNIO HISTÓRICO, HERANÇA CULTURAL E ITALIANIDADE: artefatos, objetos, monumentos, arquitetura e iconografia presentes nos movimentos religiosos de Silveira Martins – RS. Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural da UFSM. Agosto de 2008.

VENTURINI, Vilson. Padre. **Entrevista sobre a Igreja Matriz Santo Antonio de Padua (Silveira Martins)** concedida ao Projeto PATRIMÔNIO HISTÓRICO, HERANÇA CULTURAL E ITALIANIDADE: artefatos, objetos, monumentos, arquitetura e iconografia presentes nos movimentos religiosos de Silveira Martins – RS. Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural da UFSM. Agosto de 2008.

WEBER, Gentila Felin. Agroindustrial. **Entrevista sobre a Capela de Santo Anselmo (Linha Base)** concedida ao Projeto PATRIMÔNIO HISTÓRICO, HERANÇA CULTURAL E ITALIANIDADE: artefatos, objetos, monumentos, arquitetura e iconografia presentes nos movimentos religiosos de Silveira Martins – RS. Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural da UFSM. Agosto de 2008.

WEBER, Romildo. Agricultor. **Entrevista sobre a Capela de Santo Anselmo (Linha Base)** concedida ao Projeto PATRIMÔNIO HISTÓRICO, HERANÇA CULTURAL E ITALIANIDADE: artefatos, objetos, monumentos, arquitetura e iconografia presentes nos movimentos religiosos de Silveira Martins – RS. Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural da UFSM. Agosto de 2008.

ZANINI, José Carlos. **Entrevista sobre a Capela Nossa Senhora Aparecida (Vila Brasília)** concedida ao Projeto PATRIMÔNIO HISTÓRICO, HERANÇA CULTURAL E ITALIANIDADE: artefatos, objetos, monumentos, arquitetura e iconografia presentes nos movimentos religiosos de Silveira Martins – RS. Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural da UFSM. Agosto de 2008.

ANEXOS

ANEXO 1

Roteiro orientador das entrevistas

Roteiro orientador das entrevistas

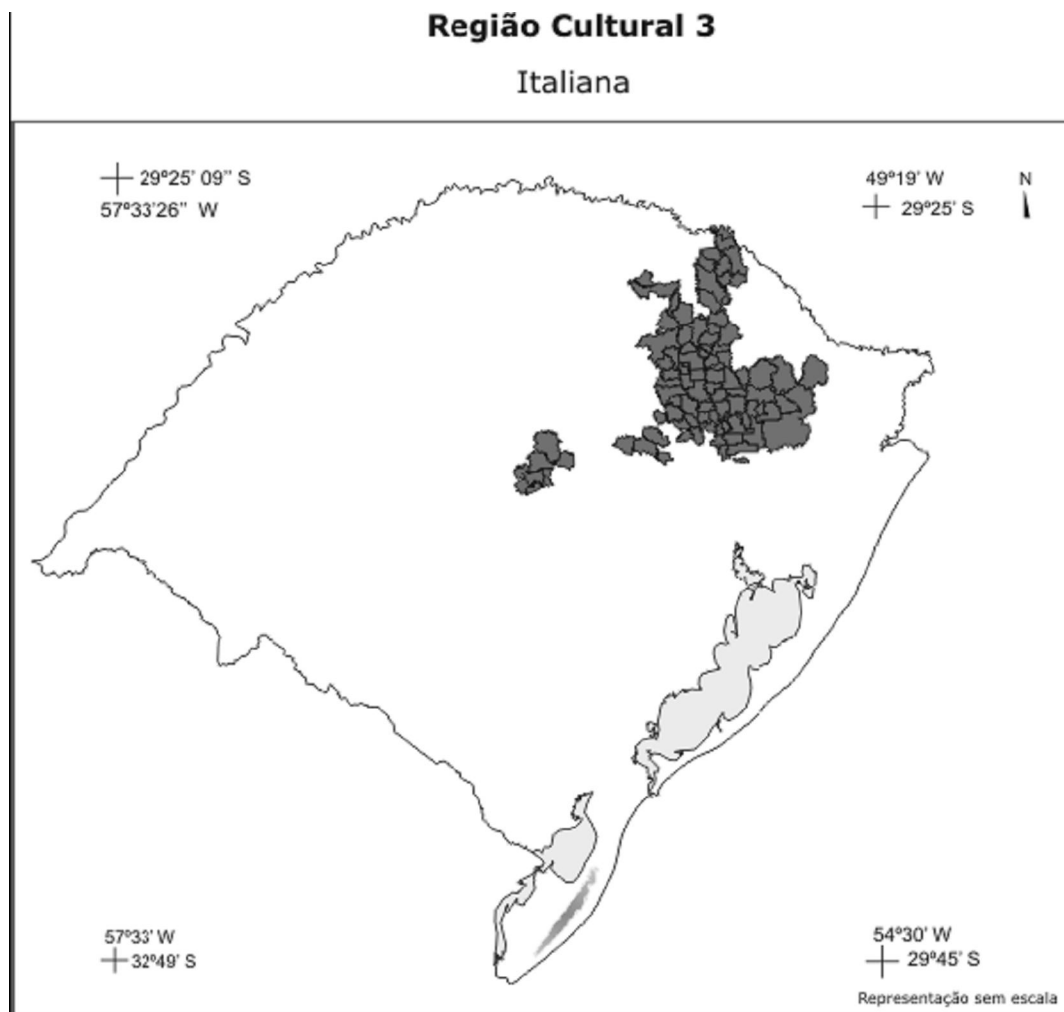
Entrevista n.º _____ Data: ___/___/___ Local: _____
Nome: _____ Idade: _____ Sexo _____
Nacionalidade: _____ Profissão _____ Estado Civil _____
Endereço: _____
CEP: _____ Cidade _____ UF _____
Capela: _____
Vínculo com a entidade _____
De qual região da Itália sua família é originária? _____

Roteiro:

1. Porque a devoção ao Santo.....?
2. O Sr.(a) acredita que esta devoção está ligada à localidade de origem dos seus antepassados ou das pessoas que trouxeram a devoção.
3. Gostaria que o Sr.(a) me falasse sobre a história do Santo ou o que sabe sobre ele?
4. Qual a data de comemoração da festa do padroeiro? Como é festejada? Existe um tipo de comida ligada à festa do padroeiro?
5. Gostaria que o Sr.(a) contasse o que sabe sobre a construção da Capela.
6. Qual o nome das pessoas que se envolveram na construção desta capela?
7. Qual era o pároco da época? Quais as histórias que o Sr. (a) sabe sobre ele?
8. Houve apoio do bispado de Santa Maria na época da construção? O que o Sr. (a) sabe sobre as relações da capela com a diocese de Santa Maria?
9. A sua família é ou era devota a este santo? Como era vivida essa devoção?
10. Narre como era vivida a religiosidade entre seus antepassados desde a vinda da Itália, como era na família dos seus pais e como é a sua religiosidade?
11. Existe um altar ou imagem deste santo em sua casa? Desde quando? Costumam rezar terços, novenas ou outras manifestações religiosas?
12. O que o Sr. (a) considera como elementos típicos da religiosidade italiana? Por quê?
13. A comunidade toda se envolve na festa do padroeiro? Como?
14. Recebem visitantes das cidades da região? Desde quando? Durante todo o ano ou somente durante a festa do padroeiro?
15. Existe alguma história de graça alcançada? O Sr.(a) poderia me relatar?
16. Com que frequência os devotos do santo local vem à Igreja? Como era no tempo de seus pais e de seus antepassados?
17. A capela passou por alguma restauração? Quando? Como foi o envolvimento da comunidade no processo de restauração?
18. O Sr. (a) acredita no futuro dessa devoção? Qual a importância da devoção para a comunidade?
19. O Sr.(a) acredita que essa devoção tem ajudado as pessoas daqui?
20. O Sr. (a) acredita que a religiosidade e a fé do imigrante italiano quando chegou na colônia de Silveira Martins foram importantes como meio de negociação com os brasileiros que já viviam aqui? Facilitou o contato com eles?
21. Poderia expressar com palavras a sua devoção?
22. O Sr.(a) teve alguma experiência mística com o santo (sonhos, visões, promessas cumpridas, essas coisas)?

ANEXO 2

Mapa da Presença Italiana no Rio Grande do Sul



Mapa da Presença Italiana no Rio Grande do Sul

Figura 18: Região Cultural 3 – A presença italiana no RS.
Fonte: FEE, 1997. Org.: BRUM NETO, H.; GIORDANI, A. C., 2007.

ANEXO 2

Mapa da República de Veneza em 1796



Mapa da República de Veneza em 1796